

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO : Audiência Pública	Nº: 0412/00	DATA: 04/05/00
INÍCIO: 9h35min	TÉRMINO: 12h44min	DURAÇÃO: 03h10min
PÁGINAS : 72		QUARTOS: 20
REVISORES: ANTONIO, MÁRCIA, VICTOR		
SUPERVISORA: ZUZU		
CONCATENAÇÃO: LETÍCIA		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
CARLOS AMÉRICO PACHECO - Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade e do Programa de Recursos Genéticos do Ministério do Meio Ambiente.		
SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.		
OBSERVAÇÕES		
Transcrição <i>ipsis verbis</i> . Há palavras ininteligíveis. Há orador não identificado. Há intervenções inaudíveis.		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 57ª reunião desta Comissão. Esta Presidência comunica que recebeu os seguintes documentos: fax da Assessoria Parlamentar do Ministério do Meio Ambiente informando que o doutor Bráulio Ferreira de Souza, Diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade e do Programa de Recursos Genéticos, representará aquele Ministério na audiência de hoje; ofício do Tribunal de Contas da União disponibilizando o servidor Geraldo Luís Muniz Rodrigues para prestar assessoramento aos trabalhos da CPI ; ofício do Deputado Iris Simões justificando faltas às reuniões, de ontem e hoje, tendo em vista estar de licença de saúde. Esta reunião foi convocada para ouvirmos os senhores Deputados Carlos... Os seguintes senhores, ainda não Deputados, oxalá o sejam: Dr. Carlos Américo Pacheco, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia e doutor Bráulio Ferreira de Souza, Diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade e do Programa de Recursos Genéticos do Ministério do Meio Ambiente. Convido os ilustres senhores, que já se encontram entre nós, a tomarem assento à Mesa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu gostaria de consignar em ata o voto de congratulações pelo aniversário do nosso Presidente, Deputado Nelson Marchezan...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Indeferido.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ...e aproveitar pra convidar a todos pra um jantar que ele vai oferecer hoje à noite no Florentino.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Eu soube já que vai ser lá naquele restaurante de luxo, Florentino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Indeferido o requerimento. (Risos)

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Mas, o senhor é suspeito, não pode indeferir esse requerimento, Presidente. O senhor é parte legítima interessada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com muito pesar, eu tenho que indeferir. Obrigado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E não pode ter, não tem recurso pra Presidente. Está indeferido. Eu até me esqueci aqui que tem uma ata. Ah, mas a ata não tá... Já tá pronta a ata de ontem?

(Não identificado) - Está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, então...Ainda não foi entregue. Nós adotaremos... Esta reunião, como todos sabem, tem por objetivo implementar um fundamento, uma perna fundamental, uma estrutura indispensável à construção de uma política nacional de medicamentos que é a defesa das nossas riquezas, das nossas biodiversidade, e a nossa disponibilidade. E confesso, lisamente, que nós tínhamos convocado o senhor Ministro Sardenberg para outra reunião, convidado, e ele não pôde estar nem na outra reunião, nem hoje, que se encontra fora de Brasília. E havíamos convidado só o Ministério da Ciência e Tecnologia. Todavia, eu fui chamado atenção para um trabalho que o Ministério do Meio Ambiente está fazendo, através de um programa especial, em função de uma coluna de um jornal. E anteontem eu entrei em contato com o Ministro do Meio Ambiente, o Ministro e colega, Deputado Sarney Filho, que não podendo vir, designou de imediato o Diretor que aqui se encontra, não é, o doutor Bráulio do programa que eu acabei de anunciar. Eu quero agradecer ambos os Ministros, mas particularmente ao doutor Bráulio, que ficou sabendo ontem à tarde que devia vir aqui a esta reunião. E espero que desta reunião nós colhemos subsídios valiosos pra aquilo que seja a defesa das nossas riquezas naturais, do nosso grande banco de dados, que nós temos, aí, na flora e na fauna brasileira. É nosso propósito, sem nenhuma atitude isolacionista, estimular atitudes do Governo Federal através desta CPI no sentido de construir políticas, cada vez mais, consistentes na defesa e na exploração por brasileiros dessas potencialidades. Então, com esse sentido, quero agradecer e, desde logo, adotaremos o critério de vinte minutos iniciais; se houver absoluta necessidade, prorrogaremos; depois, faremos um debate. Então, tem a palavra, desde logo, o Dr. Carlos Américo Pacheco, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - É obrigado, Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar, na figura do Presidente desta CPI e do seu Relator, os Deputados Nelson Marchezan e Ney Lopes, e todos os senhores Parlamentares desta CPI, pelo excepcional trabalho que vêm realizando. Eu faço esse cumprimento em nome do Ministro Ronaldo Sardenberg, que teria a maior

satisfação de estar presente, não fosse a obrigação que havia assumido previamente de estar na reunião com os Fóruns de Reitores, exatamente, para discutir os projetos que foram enviados a esta Casa, pelo Exmo. Sr. Presidente da República, acerca dos Fundos Setoriais pra desenvolvimento científico e tecnológico do País. O Sr. Ministro pediu explicitamente pra transmitir aos senhores Parlamentares o apreço pelo trabalho que vem sendo realizado e o interesse objetivo do Ministério de Ciência e Tecnologia pela matéria. Eu pretendo, nessa exposição, relatar, sumariamente, o modo como o Ministério de Ciência e Tecnologia tem procurado ordenar suas ações na área de pesquisa em saúde e, dentro dessa perspectiva, eu pretendo abordar quatros aspectos. Primeiro, a situação da indústria brasileira do mercado de fármacos e, em segundo lugar, a questão de pesquisa e desenvolvimento de saúde no setor privado, e terceiro lugar, a questão de propriedade industrial, e por fim, a proposta que foi solicitada pelo Sr. Presidente da República, através de Decreto Presidencial do dia 03 passado, quando foi anunciado um conjunto de Fundos Setoriais pra pesquisa e desenvolvimento de que o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Saúde apresentassem, em noventa dias, uma proposta específica sobre essa matéria, que acho que é um interesse específico desta CPI sobre isso, no sentido propositivo de que o quadro que é relatado por esta CPI pressupõe alguma iniciativa pró-ativa do Executivo no sentido de ordenar melhor a pesquisa que se realiza no País na área de saúde. É... Primeiro, queria comentar o quadro atual, é, de pesquisa nessa área e de programas de saúde, de ciência e tecnologia na área de saúde. Evidentemente, o Brasil, dada as dimensões territoriais e a forte desigualdade de renda, conjuga, simultaneamente, necessidades na área de saúde, características tanto de economia desenvolvidas como diversos tipos de câncer e doenças coronarianas, quanto de economia com menor grau de desenvolvimento como doenças infecto contagiosas, a exemplo da cólera, da dengue, da febre amarela além de doenças emergentes como a AIDS. Diante de um quadro como esse, as necessidades de pesquisa e desenvolvimento na área de saúde são expressivas e, de certa maneira, incapazes de pleno atendimento com os atuais recursos orçamentários. Além disso, a prestação de serviço de atendimento na área de saúde é quase que integralmente dependente de fornecedores pertencentes a setores fortemente concentrados e oligopolizados como a indústria farmacêutica. É... Eu vou até me abster aqui de comentar, de forma mais detalhada, o esforço

que foi feito no País, especialmente na formação de recursos humanos nessa área, e sobretudo através do CNPq, da FINEP e CAPES, agência essa do Ministério da Educação cuja alocação de recursos pra área de saúde responde, aproximadamente, a 25% dos seus respectivos orçamentos como acontece em vários outros países do mundo, na verdade, porque o setor de saúde é um setor altamente intensivo em ciência e tecnologia, e as agências, em qualquer lugar do mundo, mais ou menos, entre um quarto a um terço dos seus recursos são destinados pra esse tipo de setor. Eu queria me centrar mais, na verdade, na situação da indústria farmacêutica, inclusive até por conta dos objetivos desta CPI. O setor da indústria de compor... da indústria componen... é... do setor saúde é fortemente baseado em ciência. Por exemplo, a aplicação de ressonância magnética na medicina só foi possível graças a avanços da Física no estudo da estrutura do átomo; a tomografia computadorizada só foi consequência de avanço na Computação e na Matemática. E no caso da indústria farmacêutica, o desenvolvimento de um novo medicamento envolve conhecimento de química, de biologia molecular, de imunobiologia, de engenharia química, dentre outros. Os cinco setores líderes em patentes e universidades norte-americanas são da área biomédica: engenharia genética, química, orgânica, biologia molecular, microbiologia e compostos orgânicos. No entanto, limitações ao desenvolvimento científico faz com que a oferta de inovações fique praticamente inelástica por alguns períodos de tempo, o que torna fundamental o aporte de recursos públicos. Nos países desenvolvidos o padrão de competição da indústria requer esforços permanentes em pesquisa e desenvolvimento com vistas a obter um fluxo contínuo de novos produtos como condição de manutenção e ampliação de fatias de mercado. A indústria é, assim, altamente intensiva em pesquisa e desenvolvimento apresentando a mais alta proporção de gastos com pesquisa e desenvolvimento em relação às vendas, superando até mesmo a indústria de alta tecnologia como a indústria de computadores. Na década de 80, nos países desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos, esses gastos estavam em torno de 10% das vendas; no período... no início da década de 90, eles já eram da ordem de 17% das vendas que são gastos em pesquisa e desenvolvimento na indústria farmacêutica. No período mais recente, a emergência da biotecnologia vem ainda agravar esse quadro impondo mudanças radicais à inovações da indústria farmacêutica e chegando mesmo a ampliar os vínculos com a pesquisa acadêmica.

Além disso, os testes clínicos de novos medicamentos consomem grandes e crescentes somas de pesquisa e desenvolvimento, uma vez que, diferentemente de outras indústrias, nenhuma inovação chega ao mercado sem antes passar por testes de eficácia e de segurança, uma vez que lidam com a vida e a saúde humana. Nos países desenvolvidos é comum a realização desses testes pelas próprias agências reguladoras, como é o caso da FDA, e no caso brasileiro a agência reguladora, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, não contempla a realização direta desse tipo de atividade, como o Ministro Serra já teve a oportunidade de esclarecer pra essa CPI, sendo os testes realizados por instituições fora do âmbito da agência. O mercado brasileiro de produtos farmacêuticos é o quinto no **ranking** mundial em volume físico e o nono em consumo **per capita** de medicamentos, mesmo com metade da população ficando fora do atendimento, é, médico regular. A indústria tem sido líder em crescimento das vendas, margens de venda e rentabilidade. Em 98, a indústria farmacêutica apresentou um crescimento real de vendas de 6.5% frente a 97 enquanto a média dos setores foi de 0.2%. A margem de vendas em 98 foi de 7.5% pra farmacêutica e 1,9% pra média dos demais setores. E a rentabilidade do patrimônio líquido... do patrimônio foi de 15% para farmacêutica e de 5% para os outros setores, como retrata a revista **Exame** de maiores e melhores de junho de 99. Como já foi longamente diagnosticado por esta CPI, no Brasil o peso das empresas multinacionais é significativo, com setenta e uma empresas estrangeiras respondendo por 84% do faturamento do setor. De fato, apenas as dez maiores empresas farmacêuticas respondem por 44% do mercado. Isso, na prática, provoca impactos negativos na dinâmica de capacitação tecnológica local, uma vez que invariavelmente as grandes multinacionais do setor concentram pesquisa e desenvolvimento de novos fármacos e sua produção industrial nos países de origem, restringindo sua atuação em outros países à produção e comercialização de medicamentos acabados. Eu queria, especificamente, pra ilustrar isso, quer dizer, ilustrar o que que se faz de pesquisa e desenvolvimento no setor privado, no Brasil, e chamar a atenção pro fato de que o mercado brasileiro é um mercado muito significativo, do ponto de vista do mundo inteiro, e comparar, mais ou menos, o que se faz nessa área de pesquisa e desenvolvimento do setor privado com outros setores indústrias, pra ter um retrato, mais ou menos, daquilo que eu poderia caracterizar como sendo uma baixa esforço da indústria em realização no País de

pesquisa e desenvolvimento. Eu vou citar duas estatísticas recém-realizadas, uma é a PAEP, Pesquisa e Atividade Econômica Paulista, realizada pela Fundação SEADE, e outra é uma pesquisa da SOBEET, a SOBEET é a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais que reúne um grupo de trezentos especialistas que fez uma pesquisa específica sobre pesquisa e desenvolvimento das empresas transnacionais no Brasil. A pesquisa da Fundação SEADE examina um padrão de inovação tecnológica da indústria em São Paulo e foi realizado através de um questionário que investiga dez mil empresas segundo as metodologias internacionais. Os dados da pesquisa mostram que, em nível agregado, as empresas em São Paulo apresentam uma performance significativa no que refere à introdução de inovações tecnológicas; pelo menos 25% das empresas introduzem produtos tecnologicamente modificados e processos tecnologicamente aperfeiçoados no período de 94 a 96. Essa percentual não é muito diferente do que existe em outros países industrializados. É... Na distribuição das firmas inovadoras por setor industrial verifica-se que setores intensivos em ciência relacionados com a indústria eletrônica são os que apresentam a maior proporção de empresas inovadoras. Os setores industriais que apresentam participação de empresas inovadoras superior a 40% são informática, máquina pra escritório, instrumentação, automação, material eletrônico e telecomunicações. E são todos eles caracterizados por um elevado grau de oportunidades tecnológicas. O setor farmacêutico não aparece nessa listagem entre os principais setores. Na verdade aparece nesse grupo intermediário em que o percentual de empresas inovadoras está entre 25 e 40%. Ele aqui, a farmacêutica, está tabulada nesses dados em conjunto com o conjunto da indústria química. É interessante notar, na verdade, a comparação e as conclusões desse trabalho que diz respeito à farmacêutica — e eu vou citar explicitamente uma mensagem desse estudo pra salientar esse relativo baixo esforço em pesquisa e desenvolvimento da indústria no País. Com relação ao esforço empregado pelas empresas em atividade de inovação tecnológica, a pesquisa constatou que o maior volume de esforço de pesquisa e desenvolvimento, a pesquisa média não em valor, mas em relação a pessoas ocupadas em atividade de pesquisa e desenvolvimento em relação ao total das pessoas ocupadas na empresa. Quer dizer, essa pesquisa... qual é o número de pessoas envolvidas em atividade de pesquisa e desenvolvimento no total de empregados da empresa? E essa percentagem representa um esforço de P&D das

empresas. Essa característica reflete... A constatação do estudo é que... é... o esforço maior está concentrado em setores intermediários no **ranking** de intensidade tecnológica. Essa característica reflete o padrão de desenvolvimento da industrialização brasileira recente, principalmente em relação à criação de capacitações tecnológicas, e diz, explicitamente, nesse estudo: alguns setores como a indústria química apresentam uma posição inferior na classificação de intensidade tecnológica do que na classificação de desempenho inovativo. Essa situação sugere que a inovação nesse setor está relacionada com a atividade de P&D realizada por empresas transnacionais fora do Brasil, particularmente no caso do segmento farmacêutico. No depoimento, Sr. Presidente, que eu tô distribuindo, eu inclui alguns dados e informações com alguns quadros que compararam esse esforço, e essa tabela especificamente está colocado aqui o percentual de pessoas que em P&D em relação ao conjunto das pessoas ocupadas nas empresas e mostram, por exemplo, no setor aeronáutico sobretudo, isso se deve sobretudo à EMBRAER, que tem o maior índice, isso chega a 13,6%; que em informática isso é 5,2; que em eletrônica e telecomunicações é 3,1%; e que no setor químico e farmacêutico esse percentual chega apenas a 1,2% sendo que esse é o setor mais intensivo em gasto em P&D em qualquer lugar do mundo, como eu havia dito anteriormente, chegando a gastar mais de 17% do seu faturamento em atividade de pesquisa, no caso americano. Quer dizer, isso retrata um pouco esse desbalanceamento que existe no setor. Eu vou citar também as estatísticas desse trabalho da SOBEET, da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais, que é um levantamento também bastante recente que acabou de ser divulgado em março desse ano, e que também permite um quadro comparativo do esforço de P&D das empresas transnacionais no Brasil. Essa é uma atividade também não-governamental que analisa de forma isenta o comportamento das empresas estrangeiras no Brasil, e acompanha sobretudo o investimento direto do estrangeiro. O estudo da SOBEET, recém-publicado, traz, de forma inédita, um balanço da atividade de pesquisa realizada pelas empresas estrangeiras no Brasil. É um retrato importante não apenas para os formadores de políticas públicas mas também para o Congresso Nacional especialmente em função da relevância dessas empresas na estrutura industrial brasileira, em especial nos setores mais oligopolizados como os de fármacos. Esse estudo, igualmente baseado em procedimento metodológicos utilizados no resto do mundo, entrevistou oitenta e

cinco empresas transnacionais diversos portes, origem de capital e setor de atividade revelando um esforço de pesquisa e desenvolvimento, gasto direto P&D e de capacitação tecnológica, ou seja, atividade de suporte, a P&D como aquisição de tecnologia, engenharia não rotineira, etc, etc, em curso no País. As conclusões do estudo, como revela a tabela que tá no meu depoimento, são claras. Eu vou citar explicitamente a passagem do estudo que se refere à indústria química. As empresas do setor químico são relativamente pouco intensivas em inovação — estamos falando das subsidiárias e empresas transnacionais. Os seus dispêndios representam — aqui em valor — apenas 1,7% das vendas. Esse resultado revela um comportamento que foge aos padrões observados nos países desenvolvidos onde esse setor é intensivo em inovação. No caso específico dessa pesquisa, na verdade, o setor... a média geral de gasto em P&D em relação às vendas é 3,8%, é um gasto relativamente importante pro País, e não se situa muito diferente de outros lugares. Máquinas e equipamentos respondem por um percentual de 7%; eletroeletrônica por 5,5%; automobilística por 3,5%; têxtil e vestuário 2,3%; e químico apenas 1,7% como gasto em P&D. Eu gostaria de insistir nesse aspecto antes de avançar pra temas mais polêmicos como propriedade industrial por conta da importância estratégica que assume pro País o esforço em P&D do setor privado e a responsabilidade social do setor no contexto da revolução tecnológica em curso. Na verdade, o que gostaria de chamar atenção é o seguinte. A importância dessas atividades em pesquisa e desenvolvimento está no fato de que os melhores empregos e parte crescente do valor agregado pelas empresas concentra-se cada vez mais em processos intensivos em conhecimento. O rol de atividades executadas pelas empresas em qualquer setor, mas especialmente naqueles que são extensivos em inovação, vem-se transformando significativamente nessa direção. Poder-se-ia esperar, pela qualidade dos recursos humanos e da pesquisa que se faz no País nessa área e pela dimensão do mercado doméstico, um esforço muito mais relevante de gasto em P&D dessa indústria, aliás, como reconhece publicamente a própria ABIFARMA. Eu gostaria, nesse sentido, Sr. Presidente, só pra mencionar de que não há obstáculo... O esforço feito pelo País, em cinqüenta anos — O CNPq completa ano que vem cinqüenta anos — de formação de recursos humanos nessa área de incentivo à pesquisa, faz com que nós tenhamos um relativo sucesso na área científica ligada a todo o setor de saúde. E vou citar até, pra ser bastante isento, um texto que tá na própria **home page** da Glaxo

Wellcome falando sobre a questão da universidade brasileira. Diz assim: "É consenso que o Brasil possui base e conhecimentos científicos essenciais para pesquisa inovadora em biotecnologia, pra desenvolvimento em medicina clínica", citando os indicadores do Cientific Information, da Isi, da base Isi, de trabalhos publicados internacionalmente por revistas científicas, ele mostra um crescimento significativo da produção científica brasileira em medicina clínica e biologia molecular e genética. E diz esse mesmo, essa mesmo texto: "Não é, portanto, padrão acadêmico o talento inventivo o que falta nessas áreas." Nós temos feito um esforço significativo de formação de recursos humanos nessa área e, sem dúvida, poderia se esperar, pela dimensão do mercado brasileiro e pela importância que isso tem, um esforço maior, sobretudo das empresas transnacionais, em realizar, dentro do País, uma atividade de pesquisa mais intensa. Sr. Presidente, em função das atribuições que cabem também ao Ministério da Ciência e Tecnologia, eu gostaria de comentar aqui também alguns aspectos relacionados às questões de propriedade intelectual e propriedade industrial referentes à questão de patentes, é, no setor de fármacos. É... Como é de conhecimento dos Srs. Parlamentares, a Lei de Patentes, que trata dos direitos de propriedade intelectual passou a garantir o direito de patentes pra todos os produtos, inclusive farmacêuticos. Atendeu, com isso, às exigências do acordo tríplice da OMC, assegurando-se inclusive a retroatividade pra aqueles que depositaram pedidos de patentes antes da edição da Lei, a partir de 95. Em 99, o Governo brasileiro adotou duas medidas legais com vistas à regulamentação da Lei de Propriedade Industrial relativamente à exploração local e licenças compulsórias de patentes. A primeira iniciativa diz respeito ao Decreto 3.201, editado pelo Sr. Presidente da República e referendado pelos Ministros da Saúde e do Desenvolvimento, que dispõe sobre a concessão de licença compulsória nos quadros de emergência nacional ou de relevante interesse público, é... de que trata o art. 71 da Lei de Propriedade Industrial. Esse decreto tem o objetivo de dar ao Poder Executivo instrumento ágil para licenciar compulsoriamente patente farmacêutica que não esteja sendo explorada no território nacional, de modo a atender adequadamente, em termos de quantidade e preço, o mercado brasileiro, ou em decorrência de emergência nacional e de relevante interesse público. Essa faculdade legal — isso eu gostaria de ressaltar — que o poder público dispõe de intervir por meio de licença compulsória não apenas está previstas em acordos internacionais sobre a matéria, em especial um Acordo

TRIPS, como também é parte da legislação corrente de vários países desenvolvidos. A iniciativa contou com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, que considerou o decreto plenamente consoante aos interesses do País, compatível com a legislação nacional, em particular na área de saúde pública e propriedade industrial, além de compatível com os compromissos assumidos pelo Governo brasileiro no campo internacional. A segunda medida tomada foi a Medida Provisória 2.014, de 30/12/99, que altera parcialmente a Lei de Patentes. O objeto foi permitir o indeferimento dos pedidos de patentes farmacêuticas, sobretudo as chamadas **pipeline**, apresentadas durante a vigência de legislação anterior, período em que o Brasil não reconhecia patentes para medicamentos e ainda não julgadas à época da entrada em vigor da nova lei. Essa adequação da Lei de Patentes, também compatível com os acordos internacionais sobre a matéria, visam a evitar a eventual interrupção da fabricação por empresas nacionais de produtos farmacêuticos que passassem a ter patentes reconhecidas, estabelecendo que o prazo de validade da patente não será integral, mas apenas o remanescente desde o depósito do pedido, estendendo o prazo de decisão desses casos, pelo INPI, até 2004, e submetendo a decisão sobre a concessão de patentes farmacêuticas pelo INPI à prévia anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O que eu queria ressaltar nesse caso é que o esforço realizado pelo Governo e pelo Parlamento brasileiro de adequação da legislação de propriedade intelectual se insere, assim, no objetivo maior de estímulo à inovação tecnológica e ao avanço do conhecimento científico, bem como leva em consideração a necessidade de assegurar o adequado abastecimento interno na área de medicamentos e é coerente com as normas internacionais, bem como, é... não difere de forma significativa da legislação existente em vários outros países desenvolvidos. Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de, em função do quadro que relatei, comentar o esforço... no contexto do esforço, anunciado inclusive pelo Exmo. Sr. Presidente da República, no dia 3 de abril passado, de criação de conjunto de Fundos Setoriais de suporte à pesquisa e desenvolvimento em vários setores que, entre as medidas que o Sr. Presidente anunciou naquele dia estava a constituição de um grupo de trabalho através de decreto presidencial paritário entre o Ministério da Saúde e o Ministério de Ciência e Tecnologia, que vem se reunindo e trabalhando, até sob a minha coordenação, no sentido de criar também pro setor de saúde um modelo mais pró-ativo e uma fonte de recursos estáveis que viabilize é... um, um

aprofundamento da pesquisa que se faz no setor de saúde no País. É, inclusive, desejo expresso do Ministro José Serra de que... é... esse esforço revele também uma necessidade, na verdade, de que o setor público, no financiamento à pesquisa, retrate também um certo sentido de urgência que às vezes o Ministério da Saúde enfrenta, é... tem, no sentido de que a pauta de pesquisa reflita os grandes problemas nacionais, quer dizer, a dengue, o esforço, quer dizer, a AIDS, o esforço de pesquisa reflita a pauta da, de problemas estratégicos ou problemas estruturais do País. E nesse sentido nós estamos trabalhando na, na, em três direções: na idéia de constituição de um fundo setorial, num modelo de gestão desse fundo e na natureza da, da receita financeira que foi... da, da receita vinculada, que poderia dar sustentação ao fundo de pesquisa dessa natureza. É... esse esforço todo, na verdade o Sr. Presidente da República anunciou essa nova estratégia pra ampliar substancialmente os recursos destinados a financiar projetos de pesquisa e essa estratégia tá ligada, na verdade, à vinculação de receitas ou de setores privatizados ou aberto à... ou aberto à exploração privada através de concessão ou que tem novas agências reguladoras. Nesses casos, os recursos pra aplicação em projetos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse do setor serão provenientes de receitas novas do Governo, de contribuição das empresas e parcela das receitas das agências reguladoras. A estratégia dos Fundos Setoriais aplica-se principalmente a setores onde mudanças estruturais e necessidades claras, em termos da política científica e tecnológica, requerem a definição de programas e correspondem à identificação de fontes de recursos pra sua implementação. É... algumas vezes envolve o estabelecimento de contribuições econômicas e, em outras, a transferência de recursos já arrecadados através de outros Ministérios que, em alguns casos, desenvolviam anteriormente programas de ciência e tecnologia de forma isolada e desarticulada da política do Ministério de Ciência e Tecnologia. A área de saúde, evidentemente, é... precisa e merece, é... a formulação de uma estratégia dessa natureza. No anúncio que o Sr. Presidente fez em que foram criados fundos pra área de transportes, recursos hídricos, para setor espacial, para área de energia e outros, foram criados especificamente dois grupos de trabalho pra trabalhar... pra que se debruçassem sobre é, é, setores estratégicos do País. Um, agronegócio e o outro, o setor de saúde. São talvez os dois setores em que é mais difícil fazer a proposição, e por isso ela não foi possível de ser anunciada no dia 3 de abril, mas são dois setores absolutamente estratégicos do

ponto de vista do que se pode fazer no País: agronegócios, pela imensa dimensão, que.... O País é um grande plêiade no mercado de grãos e um grande plêiade em vários outros mercados de agro... da agropecuária, tem um esforço de pesquisa já bastante consistente, sobretudo no âmbito da EMBRAPA e precisa de uma estratégia forte nessa área. E o setor de saúde, por tudo aquilo que já foi relatado e discutido no âmbito dessa Comissão. Evidentemente nós temos aqui um conjunto muito grande de pauta de trabalho para, a partir desse... é... desse grupo criado, formatar uma proposta para o setor de saúde. Eu não vou detalhar aqui, embora isso conste do texto que tá entregando essa Comissão Parlamentar, quais são as carências principais do ponto de vista de pesquisa nessa área. Eu faço um relato mais ou menos dos principais itens que tão colocados aqui, sobretudo na área de imunobiológicos, na área de hemoderivados, na área de medicamentos e na área de equipamentos. Aqui um relato da situação em cada um desses setores, de quais são as questões críticas do ponto de vista da necessidade de pesquisa nessa área. Mas gostaria de um pouco salientar a importância que isso pode assumir e uma contribuição específica que poderia se imaginar dessa Comissão Parlamentar pra esse tema. O que eu gostaria de dizer é basicamente o seguinte: as necessidades do País nessa área, por tudo o que foi dito, impõe, portanto, a constituição de um modelo específico de suporte ao desenvolvimento científico tecnológico do setor, como vem sendo estudado pelos dois Ministérios. O objetivo maior é assegurar um horizonte estável de recursos para financiar o desenvolvimento em áreas estratégicas do País, vinculando receitas específicas para um Fundo Setorial de Apoio à Pesquisa Tecnológica do Setor Saúde. Cabe destacar que a alocação dos recursos do Fundo deverá, no entendimento do Ministério de Ciência e Tecnologia, ser feita por meio de uma gestão compartilhada, com representantes dos dois Ministérios, de suas agências, representantes do setor privado e da comunidade científica. Esse modelo de gestão, que também está sendo discutido com o Ministério da Saúde, devendo fazer parte da... está sendo discutido pelo Ministério da Saúde, devendo fazer parte da proposta a ser encaminhada ao Exmo. Sr. Presidente da República nos próximos 50 dias. A fonte de recursos específica para esse fundo de desenvolvimento pra sustentar as pesquisas estratégicas nessa área também se encontram em estudo, mas não se deveria descartar, Sr. Presidente, **a priori**, a criação de uma contribuição de intervenção no domínio econômico sobre o faturamento da indústria farmacêutica para destinação de recursos à ciência e à

tecnologia. A evolução das vendas em dólar do setor nos últimos anos retratada no quadro que se encontra nesse depoimento revela que, apesar da desvalorização cambial, o faturamento da indústria farmacêutica ainda se situa entre os setores com maior expansão nesse período. As vendas totais, de novembro de 98 a novembro de 99, foram de quase 6 bilhões de dólares, excluindo-se aqui as compras efetuadas pelo Sistema Único de Saúde e considerando-se o preço na ponta do setor, preço máximo ao consumidor. A elevada margem existente e o baixo esforço tecnológico do setor parece sugerir que um Fundo Setorial de suporte à pesquisa e desenvolvimento tenha como objetivo também reverter esse quadro, estimulando a indústria a responder aos desafios do País nessa área e contribuindo não apenas para solução dos problemas da saúde pública brasileira mas auxiliando a criar empregos mais qualificados, como contrapartida ao acesso a um mercado extremamente dinâmico. Seria basicamente isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de expor. Isso é mais ou menos um quadro do que é a pesquisa do Setor Saúde no País Quais são, no entendimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, os principais problemas. Mas gostaria também de passar à mão, Sr. Presidente, uma publicação, que, inclusive, não é do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas é da CNI e do SEBRAE feito com o suporte do Ministério da Ciência e Tecnologia, que arrola, na verdade, um conjunto expressivo de projetos que já se encontram em fase de desenvolvimento que poderiam ser absorvidos pela indústria. É uma carteira de projetos desenvolvidos pelas universidades brasileiras de estudos e pesquisas. E eu trouxe como exemplo, na verdade, de êxitos da produção científica brasileira, perfeitamente passível de ser incorporados pela produção industrial. E trouxe especificamente porque ele tá divido em três capítulos: tecnologias, da informação, novos materiais. Mas o primeiro deles é sobre biotecnologia. E aqui há uma série de exemplos concretos, na verdade, de como a capacidade científica tecnológica no País pode se associar a esse esforço e pode resultar ganhos expressivos do ponto de vista da indústria, da produção de medicamentos e da melhoria da qualidade de vida, que é o objetivo último, na verdade, de todas essas atividades. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado ao Dr. Carlos Américo Pacheco, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, pelo depoimento e as informações importantes que acaba de dar. Certamente elas serão ampliadas no debate que teremos imediatamente. Quero desde logo passar a

palavra ao Dr. Bráulio Ferreira de Souza, Diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade e do Programa de Recursos Genéticos do Ministério do Meio Ambiente. Também pelo espaço de 20 minutos. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Muito obrigado. Deputado Nelson Marchezan, Deputado Ney Lopes, Srs. Deputados, quero agradecer o convite feito ao Ministério do Meio Ambiente de estar presente aqui a essa audiência e me desculpar por não trazer um material por escrito, porque a convocação foi feita com um prazo pequeno. Mas eu queria trazer alguns elementos aqui que eu acho que seriam interessantes pra essa discussão, colocando qual é a preocupação e a linha de atuação que o Ministério do Meio Ambiente tem feito nessa área. A produção de medicamente depende basicamente de um insumo que é o recurso genético, né? São as plantas, os animais, os microorganismos que são a fonte de qualquer medicamento produzido. Esses medicamentos podem ser produzidos diretamente por extração de produtos biológicos, né, produtos naturais, ou via cultivo desses produtos, dessas moléculas a partir de cultivo de plantas ou culturas de microorganismos, etc., ou através de síntese, da biossíntese, né? Mesmo no caso da síntese, as moléculas extraídas de plantas, animais e microorganismos é que são a fonte de informação original para essa síntese. A procura, a busca e a extração, o descobrimento desses produtos se dá o nome de bioprospecção, né, que é uma prospecção de material biológico novos para a indústria biotecnológica, né? Então a isso se chama de bioprospecção. Nós temos uma situação, por um lado — obviamente é do conhecimento de todos —, que o Brasil é considerado por todos o País da megadiversidade, é o detentor do maior patrimônio de biodiversidade no mundo. Ninguém sabe direito exatamente quanto que isso significa, qual é o tamanho dessa biodiversidade. As estimativas variam que o Brasil detém entre 10% a 20% de toda a biodiversidade do mundo. Os dados precisos realmente são difíceis de se conseguir, dada a dimensão dessa biodiversidade. Mesmo a nível mundial, com os avanços na ciência, nós estamos acelerando muito agora o conhecimento dessa biodiversidade e as estimativas do total dessa biodiversidade estão crescendo muito nos últimos anos. Quer dizer, até 10, 20 anos atrás se imaginava que a gente teria talvez um milhão de espécies no mundo. As últimas estimativas chegam a mais de cem milhões de espécies, não é? E se tirarmos 10% a 20% disso para o Brasil, dá uma idéia da ordem de grandeza do

que nós estamos falando. E evidentemente que a biodiversidade não se mede apenas em número de espécie mas mede-se também em termos de variedade, variação genética dentro das espécies, que as espécies têm uma variação grande entre os indivíduos, entre populações. E isso contribui bastante para essa diversidade. Nós temos... Eu queria chamar a atenção do marco representado pela convenção sobre diversidade biológica que foi assinada durante a Rio 92, aqui no Brasil. Essa convenção representou uma mudança de paradigma ao nível internacional de como se trabalha com a questão da biodiversidade. Antes da convenção, recursos genéticos eram tratados pela comunidade internacional como bens da humanidade. Então tidos como bens que poderiam ser apropriados por qualquer um, patenteados e vendidos e comercializados livremente. A convenção estabeleceu um novo referencial, e o Brasil brigou muito por isso, ao reconhecer a soberania dos recursos biológicos e particularmente dos recursos genéticos, ao reconhecer o direito dos países de terem uma repartição de benefícios gerado pelo uso econômico dos produtos e processos derivados dessa biodiversidade, e particularmente desses recursos genéticos. E, em particular, proteger os direitos de comunidades locais, indígenas ou não indígenas, quando se tratar de acesso a recursos genéticos ou conhecimento tradicional associado a esse recurso genético de domínio dessas comunidades. A contrapartida disso é o compromisso assumido pelos países na convenção de facilitar o acesso a esses recursos genéticos e não de dificultar a esse acesso. E aqui vale a pena abrir um parêntese pra discutir a questão de valor. Qual é o valor de recurso genético? Essa é uma questão muito difícil, tem gente que acha que vai ficar rico da noite pro dia, que o Brasil vai ficar milionário, as comunidades indígenas vão ficar ricas por causa dessa... desses recursos genéticos. Na verdade, o recurso genético, em sim, não... não se sabe, até hoje, não se conseguiu, até hoje, determinar valor para esse recurso genético. Ele é dependente do uso, na medida em que se define o uso desse recurso genético é que se estabelece um valor. E o valor desse recurso genético é diretamente ligado a agregação de informação: quanto mais informação é agregado àquele recurso genético, aumenta o valor daquele recurso genético. Portanto, se pensarmos o Brasil como apenas um fornecedor de matéria-prima, né, de extratos de plantas, animais, microorganismos, pra fornecer recurso genético pro mundo, isso não tem futuro, nós não vamos ficar rico com isso, isso não vai dar retorno nenhum importante para o País, por maior que seja a nossa biodiversidade. No entanto, se

formos capazes de agregar informação a esses recursos genéticos no País, aí, sim, nós teremos condição de valorizar mais esse patrimônio e termos uma negociação melhor, um retorno melhor a... a nível de transações internacionais para esse, esse patrimônio. Essa agregação de valor se dá de duas formas: uma é a agregação do conhecimento tradicional. Nisso o Brasil tem um... um... de novo, um patrimônio muito grande que é a chamada diversidade cultural. Nós temos, apesar de todo o processo de alteração cultural ao longo dos anos aí de colonização, ainda assim nós temos uma riqueza de diversidade, de comunidades indígenas e comunidades locais que mantiveram seus conhecimentos tradicionais, de uso de suas plantas, dos seus animais etc. Esse é um conhecimento, nós temos aí mais de... pouco mais de 200 tribos indígenas e uma quantidade grande, que não sabemos delimitar direito, dos chamados comunidades locais não indígenas. Aí inclui as comunidades quilombolas e outros tantos de comunidades como caiçaras, seringueiros e outros. É evidente que esse conhecimento tradicional representa um grande, um grande patrimônio, mas ele, tanto esse patrimônio de conhecimento tradicional, quanto o próprio patrimônio biológico e genético, são poucos conhecidos, né? E aí então eu... eu quero me referir à segunda forma de agregação de informação, que é através de ciência, pesquisa feita através de laboratórios públicos principalmente, universidades pelas empresas privadas. E essa é uma agregação de informação importante que seja feita no País, como foi mencionado pelo Dr. Pacheco. O Governo tem investido nisso, mas as empresas privadas têm investido muito pouco nisso no Brasil. Elas preferem fazer esses investimentos, lá, no exterior, portanto a agregação de valor está se dando no exterior, e nós não estamos nos beneficiando bastante com os possíveis retornos dessa biodiversidade. Deixa eu só fazer um comentário sobre esse desconhecimento. O desconhecimento sobre a nossa biodiversidade é imenso. Nós conhecemos ainda, apesar de todo o esforço de pesquisa já realizado no País, o que nós conhecemos é uma fração pequena do total que existe aí fora por conhecer, né, tanto em termos de conhecer, levantar, inventariar essa biodiversidade, caracterizar geneticamente, identificar usos possível, identificar moléculas por potencial de uso etc. Só pra dar uma idéia, esse é um País que ainda se descobre espécies novas de macaco. Quer dizer, nos últimos dez anos, seis espécies novas de macacos, desconhecidos a nível mundial, foram descobertos no Brasil, uma delas no litoral do Estado do Paraná, quer dizer, não é só a Amazônia que é desconhecida, mas mesmo no litoral do Sul do Brasil há

ainda... quer, quer dizer, se ainda estamos descobrindo espécies de macacos, os senhores podem imaginar qual é a situação em termos de conhecimento sobre plantas, sobre insetos, sobre fungos e sobre microorganismos, né? Então...

(Intervenção inaudível.)

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - É... Nem os macacos. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tô mexendo com o Deputado... Tô mexendo com o Deputado Márcio que ainda não fez essa pesquisa no Paraná.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas a coisa é mais grave. Houve um Deputado do Paraná que falou aqui: "micróbio, lá, só acima de borboleta". (Risos.)

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Veja, por exemplo, na área de microorganismos, que é onde talvez exista o maior potencial junto com plantas... Plantas, fungos e microorganismos têm talvez o maior, represente o maior potencial de fontes de novas moléculas para a biotecnologia. E, no entanto, até recentemente, não tínhamos tecnologia para inventariar essa biodiversidade microbiana, porque as técnicas que se utilizavam envolviam a necessidade de fazer, de isolar culturas de microorganismos, de bactérias e outros, em condições específicas de laboratório por um processo de seleção pelo meio de cultura que selecionava então quais as variedades específicas de microorganismo cresciam naquele meio de cultura. Ora, ao fazer isso, nós tamos excluindo toda a diversidade original da mostra, né? Então essa até dez anos atrás, não se tinha tecnologia pra, realmente, entrar mais a fundo na pesquisa dessa variedade genética, principalmente de microorganismos. Isso mudou radicalmente nesses últimos dez anos com as novas tecnologias moleculares. Nós temos hoje ferramentas muito poderosas que aceleraram em dez, cem, mil vezes a velocidade dessa pesquisa em bioprospecção. De novo, nós temos um problema que essas tecnologias modernas, em grande parte desenvolvidas no exterior, muitas delas ou a maioria patenteadas e, portanto, com, às vezes, dificuldade de acesso para pesquisadores brasileiros, laboratórios brasileiros. Essa... O mesmos vale para o conhecimento que nós temos desse, o conhecimento tradicional. Nós conhecemos poucos, quer dizer, é uma percentagem relativamente pequena dessas comunidades tradicionais, indígenas, por exemplo, que foram objeto de uma análise maior pra ver qual é a riqueza dessa, desse conhecimento tradicional que eles têm. São poucas tribos indígenas que

tiveram benefício desse tipo de avaliação, e os resultados são surpreendentes, eles têm um conhecimento muito mais sofisticado e detalhado do que se... geralmente, se imagina. Deixa eu chamar a atenção agora pra uma... Então, essa é uma dimensão da questão, quer dizer, nós não vamos conseguir avançar nessa área se não avançarmos com o conhecimento. Então, o investimento em conhecer essa biodiversidade, esse recurso genético é elemento chave pra que a gente possa ocupar, como país, um papel importante a nível internacional, em termos de todo esse desenvolvimento de biotecnologia e de fármacos, pra que a gente deixe de ser um mero fornecedor de extratos e possamos ser, de fato, um parceiro em pé de igualdade ou até melhor, quer dizer, usando, realmente, as vantagens competitivas que o Brasil tem, por termos uma rica biodiversidade, uma riqueza de conhecimento tradicional e uma comunidade científica instalada como foi chamado atenção pelo Dr. Pacheco, instalada no Brasil, bastante significativa. É a maior comunidade científica e em terceiro... em países em desenvolvimento, quer dizer, junto com Índia. Não tem outros países que se comparem ao Brasil em termos de capacidade instalada e de ciência e tecnologia. Bom, o que que tá faltando então? Quer dizer, porque que a gente não consegue avançar mais nessas pesquisas e ocupar um espaço maior no desenvolvimento dessa biotecnologia no País e nessa agregação de valor? Existe um problema que está dificultando essa questão que depende dessa Câmara, dessa Câmara dos Deputados, que é a questão da regulamentação da convenção sobre diversidade no que diz respeito a acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios. Em outras palavras, as regras do jogo: as grandes empresas farmacêuticas não querem entrar pesado em investimentos no Brasil enquanto as regras do jogo não estão claras. Quais são as regras pra acessar essa biodiversidade, pra repartir benefícios, quem tem mandato pra decidir o quê, o que pode ser feito, o que pode ser feito, quais são os limites, quais são as precauções etc, né? Então a falta de regras claras tem sido um fator limitante importante e que nós precisamos, o mais rápido possível, superar. Nós temos legislação na área de patentes, nós temos legislação de cultivares, nós temos legislação na área de biossegurança. São todas regras importantes relativas à biotecnologia, mas temos uma grande lacuna, que é a legislação sobre acesso a recursos genéticos e repartição de benefício. Como os senhores sabem, existem quatro projetos de lei aqui na Câmara dos Deputados, para análise, sobre regulamentação de acesso a recurso genérico e repartição de benefício, o primeiro deles proposto pela Senadora

Marina Silva, no final de 1995, que foi analisado no Senado e o substitutivo preparado pelo Senador Osmar Dias, que foi aprovado no Senado e encaminhado aqui para a Câmara dos Deputados. Nesse meio tempo, desde 96, o Executivo criou um grupo de trabalho interministerial sobre acesso a recurso genético, na Casa Civil, sob a coordenação conjunta com o Ministério de Meio Ambiente, para homogeneizar o entendimento dessa questão dentro do Governo, e contribuir para análise e discussão da proposta da Senadora Marina Silva. Disso resultou uma proposta do Executivo que foi encaminhada em agosto de 98, aqui à Câmara dos Deputados. Na verdade, o Executivo decidiu encaminhar duas propostas. E nós decidimos encaminhar essa proposta, por acharmos, apesar de concordarmos com muito do que estava na proposta da Senadora Marina Silva e especialmente no substitutivo do Senador Osmar Dias, nós tínhamos alguns pontos de discordância que entendemos necessário encaminhar uma proposta específica para o Congresso. As preocupações principais nossas são com relação a que a proposta que foi aprovada no Senado é muito detalhista, quer dizer, ela é muito extensa e ela tenta regulamentar a nível de detalhe muitos aspectos que nós achamos temerário, porque essa é uma área nova, não só a nível de Brasil, mas a nível internacional com uma grande dinâmica. Então as coisas estão mudando muito rapidamente de ano pra ano. Então, há o risco de a gente criar uma legislação que em pouco tempo vai ficar desatualizada e criar constrangimento para disciplinar essa questão no Brasil. Segundo, porque existe situações distintas dentro dessa questão de regulamentação de acesso a recurso genético. Uma questão é acesso a recurso genético para a indústria farmacêutica, onde há grandes perspectivas de retorno financeiro, embora esse retorno financeiro seja geralmente de um percentual pequeno daquelas moléculas que são inicialmente investigados, não é? Quer dizer, geralmente a partir de uma base de milhares de plantas que são analisadas identificam-se um número bem... relativamente reduzido de moléculas promissoras, que têm um potencial de aplicação econômico, e dessas, à medida que se aprofunda a pesquisa, realmente se chega a produtos e processos com real potencial de aplicação e sem efeitos colaterais, não é? Obviamente isso é um processo longo e que exige aí investimentos muito altos. Essa área de fármaco, portanto, tem digamos um grande potencial de repartição de benefício, de retorno econômico, seja através de **royalties** seja através de acesso a tecnologias, seja através de treinamento de recursos humanos, seja, enfim, várias modalidades que

existem aí de repartição benefício. Mas nós temos outras áreas. Nós temos acesso a recurso genético para agricultura, não é? Dentro da agricultura temos situações diversas. Uma coisa é agricultura moderna de grande volume de **commodities**, que também movimenta muitos recursos, mas ao mesmo tempo nós temos a agricultura que assegura a chamada segurança alimentar. Então, é uma agricultura voltada para atender demandas alimentares da camada pobre da população. Existe também a demanda de acesso a recursos genéticos, para pesquisa básica. Então, nós não podemos tratar da mesma forma, e com as mesmas expectativas de retorno econômico, esses diferentes setores. Então, a preferência do Executivo, é que a gente tenha uma lei de acesso a recurso genético e repartição de benefício, o mais enxuto possível que tenha realmente os elementos essenciais, os princípios gerais, as diretrizes básicas, os mandatos básicos, e deixar uma série de detalhes específicos para regulamentação, de tal forma que a gente possa ajustar, para diferentes setores, por exemplo, setor de saúde, setor de agricultura, e possamos também acompanhar o desenvolvimento internacional nessa área. Então, essa é a nossa maior preocupação. Outro tema bastante complicado nessa questão de regulamentação de acesso e repartição de benefício, é a questão do acesso ao conhecimento tradicional. Uma questão importante aí, é a preocupação com proteção desse conhecimento tradicional. Porque o que está acontecendo é que as empresas privadas estão simplesmente se apropriando desse conhecimento tradicional, sem o necessário retorno a título de compensação. A grande dificuldade aí é estabelecer um regime de proteção a esse conhecimento. Essa é uma questão nova não só a nível de Brasil mas a nível internacional, quer dizer, como se protege conhecimento tradicional. Não pode ser via legislação de propriedade industrial, porque se trata de conhecimentos coletivos e desenvolvidos ao longo de centenas, milhares de anos. Então, eles não se enquadram na legislação de propriedade industrial. Então, nós temos que criar uma nova figura jurídica que assegure a proteção mínima desse conhecimento, pra que aí, sim, nós tenhamos regras claras pra facilitar a que realmente esse recursos genéticos sejam utilizados. Porque se os recursos genéticos não forem utilizados, não vai haver repartição de benefício. Nós não vamos ganhar nada só protegendo esses recursos genéticos, criando uma redoma em cima, sem propiciar o uso desse recursos genéticos. Uma terceira questão que gostaria de chamar a atenção, é a questão de titularidade. Quem detém a titularidade desses recursos genéticos? Então, o Executivo depois de

discutir bastante essa questão, entendeu por bem, que seria importante tratar de forma uniforme essa questão de titularidade de recurso genético pra permitir uma base jurídica sólida pra que o País possa legislar e fazer concessão de acesso a recurso genérico para uso econômico, em bases... com uma base jurídica bastante sólida. Por isso, o Executivo encaminhou aqui ao Congresso uma proposta de PEC, de emenda constitucional, declarando recurso....o patrimônio genético como está previsto na Constituição, no art. 225, que trata de meio ambiente, como bens da União. Ao fazer isso, nós daríamos um tratamento uniforme ao que hoje tem tratamento diverso na legislação. Porque hoje, fauna já é tratado como bem do Estado, não é? A flora depende da condição onde ela se encontra, pode ser ou não, e microorganismo ninguém sabe direito, porque a legislação atual não se refere a microorganismo né? Então, nós tivemos essa preocupação de que para termos regras claras... E veja, que se quisermos realmente ser um parceiro importante a nível internacional desta questão de biotecnologia usando nosso patrimônio genético, o que a indústria quer? A indústria quer poder fazer contratos de acesso a esse recurso que lhe permita, uma vez encontrando produtos com grande potencial econômico, patentear esses produtos e comercializar. Então, é preciso que nós tenhamos um regime legal, que permita fazer a concessão de acesso a esse recurso genético, para usos comerciais, não é? De tal forma, que não haja dúvidas sobre a legitimidade dessa concessão. O que acontece hoje, é que a legislação atual, não trata da questão de acesso a recurso genético, não trata da questão de repartição de benefício. Não é que nós tenhamos um vácuo legal, nós temos uma legislação bastante ampla que trata de fauna, que trata de flora, que trata de conservação, que trata de proteção, que trata de coleta. Então, se quisermos coletar componentes da fauna e da flora, existe legislação, sim, que cabe respeitar. Mas essa legislação, é uma legislação mais antiga, em geral da década de 60, concebida num outro mundo, que não tínhamos esse desenvolvimento da biotecnologia, todo esse uso comercial. Então existem fragilidades na legislação atual, que não regulamenta direito a questão de transferência de direitos para empresas privadas para uso comercial dessa biodiversidade e, principalmente, que regulamente a questão da repartição de benefícios. Então, essa é uma grande lacuna e é a principal demanda que nós temos no momento, que acho que é uma contribuição importante que o Congresso, particularmente a Câmara dos Deputados, poderia dar. Eu queria ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Bráulio...

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...o tempo tá esgotado, mas... já há vinte e cinco minutos. Que tempo V.Exa. precisa?

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Não, eu vou concluir só mencionando então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então tem V.Exa. a palavra.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - ... em poucos minutos uma iniciativa importante que o Ministério está fazendo que é o chamado projeto do PROBEM. O Ministério, a par de se preocupar com a conservação da biodiversidade e preocupar com a questão de regulamentar o acesso, ele, numa parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a SUDAM e com a Zona Franca de Manaus, concebeu um projeto, que é o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia. O que que é isso? É um programa de estímulo à bioprospecção. Mas é uma bioprospecção que resulte em agregação de valor aqui no País. A idéia básica de concepção desse projeto é estabelecer uma base em Manaus, que seria o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que está em construção, pra ser um grande centro referencial de coleta e extração de material biológico na Amazônia, e colocar esses extratos acessível a uma rede de laboratórios. Nós tamos trabalhando com uma rede potencial de pelo menos setenta laboratórios de pesquisa no País. Quer dizer, o Brasil tem uma riqueza de labora... de diversidade de laboratórios de pesquisa em diferentes áreas importantes para as pesquisas ao longo da escala de agregação de conhecimento ao recurso genético. É pesquisa de zoologia e botânica, é pesquisa de etnobiologia, é pesquisa na área de química fina, é a pesquisa sobre a farmacologia, sobre a aplicação desses produtos na medicina. Então existe toda uma diversidade de laboratórios. E o que nós estamos fazendo é tratar de trabalhar em rede, em apoiar esses vários laboratórios, estabelecer regras do jogo, né, estabelecer modelos de contratos de acesso a recursos genéticos, como trabalhar com comunidades locais indígenas e não-indígenas e como trabalhar com companhias estrangeiras para a comercialização desses produtos onde houve agregação de valor mediante agregação de conhecimento. Então esse é basicamente o esforço que nós estamos fazendo no momento. Existe o... também foi criado... um dos instrumentos que foi

criado foi um fundo para fazer a captação de recursos privados, também, pra se juntar aos recursos públicos, para aplicar nessa área, e o estabelecimento de uma organização social chamado BIOAMAZÔNIA pra ajudar também a administrar o programa em parceria com o Governo para dar mais agilidade, principalmente no trato com a questão de relacionamento com o setor privado. Então, obviamente que esse programa está numa fase inicial, ele depende muito da... da... da aprovação do Congresso da lei que regulamenta o acesso a recurso genético pra que ele possa entrar numa fase operacional plena. Ele está numa fase ainda inicial, de construção, de estabelecimento de modelos, aí, de contratos e outros instrumentos, a parte de pesquisa básica. Mas ele... pra ele poder, de fato, deslanchar e para que a gente possa, digamos, estimular outros projetos semelhantes em outras partes do País, a gente depende de ter essas regras do jogo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Bráulio...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... pelas informações que acaba de nos dar. Tem V.Exa. a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. tomasse providências, pois o Plenário encerrou a sessão por falta de **quorum**. E, segundo informação da Secretaria-Geral da Mesa, as pessoas que não estiveram presentes estarão com falta. Aliás, coisa que já aconteceu na quinta-feira da semana passada. Então gostaria que V.Exa. tomasse providência, informando à Secretaria... Quinta-feira da semana passada.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - E terça também.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quinta-feira e também hoje. Então que o Presidente da Comissão informasse à Secretaria-Geral da Mesa os que estão presentes aqui na CPI para não serem prejudicados. Em aproveitando a oportunidade, informado que fui pelo Secretário-Geral do aniversário de V.Exa., meus cumprimentos pelo seu aniversário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, pela mesma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós não podemos fazer festejos nenhum, entendeu, porque senão seremos alvo de suspeita.

Deputado não tem sobras pra gastos extravagantes como comemorar aniversários, não é verdade?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Um cafezinho tá bom, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Um cafezinho, um abraço e tal, eu já agradeço antecipadamente. (Riso.) Obrigado. Desculpe a brincadeira.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou tomar providência, sim, Deputado. Já vou oficiar ao Presidente. O Relator pede quinta-feira também seja incluída? Terça-feira?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E quinta da semana passada. Eu peço à Secretaria que oficie ao Sr. Presidente, três ofícios, dos três dias, pedindo o abono de faltas. E eu mesmo vou falar com o Presidente, quero levar esses expedientes todos com a presença de Deputados na quinta-feira passada, na terça e na data de hoje. Eu mesmo vou conversar com o Presidente. Peço que anote todos os Deputados que estão. Aliás, com a lista de presença.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu acho que, até pra que seja precisado a nossa ação... É que já tivemos inclusive aqui, V.Exa. foi porta-voz dessa posição, que faz parte da tradição, mesmo tendo Ordem do Dia, enquanto não há votação, que a Comissão fique funcionando. Isso foi objeto de uma questão de ordem de minha parte, cujo resultado todos conhecemos. Mas, enfim, quando não há acordo. Hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não fale nesse assunto, Deputado...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas eu digo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...porque V.Exa. me traíu e fez com que o Presidente do Senado ligasse pra cá...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...e eu tivesse que, no apelo da amizade, suspender os trabalhos enquanto todas as outras Comissões

funcionaram. Mas estou de acordo que é tradição desta Casa, enquanto não haja votação, as Comissões funcionarem. Senão não há como funcionar, realmente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, veja. Primeiro vamos precisar. Sei que V.Exa. tá brincando. Não foi traição, até porque eu fiz uma questão de ordem pública, fundamentei que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não foi pública a intervenção de V.Exa. lá com o Presidente do Senado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Foi pública. Foi pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, mas não foi...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Foi pública aqui e foi pública lá. Talvez V.Exa. não saiba. Mas veja...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Foi um tratamento desigual, no mínimo, porque V.Exa. não requereu que as outras também parassem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas eu expliquei aqui para o senhor e para todos os membros da Comissão que quando há consenso, quando não havia uma disputa política daquela magnitude... Então, isto ficando registrado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tudo bem. Está superado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exato. Eu quero dizer pro senhor o seguinte: que nós não tamo pedindo abono de faltas, porque veja...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Claro.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O que nós queremos é que a nossa presença seja contabilizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Claro, exato. É verdade.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não é? Porque estávamos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É. Não é nenhum favor isso, absolutamente, não. Senão essa Comissão não funcionaria, nenhuma funcionaria se não houvesse uma certa compreensão disso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É, porque o que se pode alegado é que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Às vezes a gente fica três horas lá...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...hoje ninguém pediu aqui que houvesse a questão de ordem pra que fôssemos a plenário. Isso é o que quero manifestar pra não ficar contraditório...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Exato.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... com aquela outra iniciativa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós não fomos notificados. É verdade. Não fomos notificados. Eu não sabia, eu não sabia, e por isso eu mesmo vou lá na Presidência, porque senão eu teria advertido os Deputados, porque nunca deixei que os Deputados deixassem de cumprir o dever de estar presentes lá por causa desta reunião. Procuramos sempre compatibilizar. Bem, estão abertas as inscrições. E com a palavra o Sr. relator, Deputado Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, questões que farei a seguir para os dois eminentes convidados, Dr. Carlos e Dr. Bráulio. Nós sempre ouvimos falar nos meios de comunicação em pirataria. Ou seja, outros países levando nossas plantas, bactérias etc. e depois nos vendendo produtos patenteados. Isso é uma regra geral, denúncias nesse sentido, debates aqui no Parlamento etc. Isso, inclusive, ocorre principalmente nos mercados farmacêuticos e de cosméticos. Eu pergunto: como podemos ou devemos proteger nosso patrimônio genético, no caso? Temos protegido ou não, na opinião dos dois depoentes? Isso, para proteger, depende de lei nova ou a Lei de Patentes, por exemplo, ou outras já tendem a essa proteção? E, por último... é... ante esses riscos de pirataria, o que acham os depoentes sobre uma queixa, no Brasil, na Organização Mundial do Comércio, já que todas as questões, quando dizem respeito a interesses nacionais, os grandes países levam logo pra OMC? Não seria o caso também do Brasil abordar esse tema na OMC?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Carlos Américo Pacheco, Secretário...

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - É... Bom, Sr. Relator, Deputado Ney Lopes, é... o Dr. Bráulio, na verdade, acho que talvez vai detalhar mais sobre isso. A exposição dele em particular tava bastante... é... estruturada e há perfeita coincidência com o pensamento do Ministério de Ciência e Tecnologia no que ele expôs sobre a questão de acesso à biodiversidade. Na verdade... é... a proteção do

patrimônio genético aí... é... brasileiro depende... é... fundamentalmente, na verdade, da aprovação dessa PEC no sentido de definir a titularidade da questão que tá... O acesso e o aproveitamento econômico e a proteção dependem basicamente dela... é... dessa emenda constitucional, definindo a titularidade, definindo isso como, na verdade, bens da União, para que não reste dúvida com relação aos direitos, na verdade, sobre isso. A le... a legislação de patentes... a atual legislação de patentes, ela permite, na verdade... é... a legislação de patentes permite que sejam passíveis de proteção patentária, na verdade... é... microorganismos modificados pelo ser humano de processos biotecnológicos não naturais, mas... mas o... o... os microorganismos encontrados na natureza e outros seres vivos ou... ou... vamos dizer, o patrimônio genético encontrado na natureza não é passível de patenteamento. É. Quer dizer, o... o... o pa... não se pode patentear, na verdade, os microorganismos encontrados na natureza e a carga genética. A legislação brasileira não permite isso. Na verdade, aqui talvez seja importante ver que, nesse sentido, é... a... o... a polêmica criada pelo projeto do genoma humano e a disputa entre um consórcio de universidades... é... do mundo inteiro, e a empresa Celera em torno da verdade do... do seqüenciamento genético do genoma humano, ela cria um problema hoje internacional. E... e o próprio governo americano, o Presidente Clinton e o Primeiro-Ministro Blair, na declaração conjunta que fizeram alguns meses atrás sobre isso, demonstram a preocupação que os principais executivos do mundo inteiro têm com relação à questão da apropriação... é... privada disso que é o patrimônio genético da humanidade, é... que deveria ser tratado como domínio público. A... a legislação brasileira é nesse sentido, vai nesse sentido. Quer dizer, a proteção patentária é possível a processos de biotecnologia ou a microorganismos modificados, mas o... a... o patrimônio genético da biodiversidade não é possível de ser pa... patenteado ou ele devia ser protegido por uma... é... emenda... por essa emenda constitucional, definindo como bem da União.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Permite só uma... uma observação?

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - Sim.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O assunto é o seguinte: bem... é... é... é o seguinte, doutor: eu sei que, e conforme V.Sa. tá dizendo, a nossa legislação, especialmente de patente... não são patenteáveis animais, plantas nem genoma humano. Isso é uma... uma ressalva direta. O Brasil não patenteia, salvo, como o

senhor disse, o microorganismo, quando é alterado geneticamente. Bem, mas a questão não é bem essa. É o seguinte: é possível uma pirataria de uma planta, por exemplo, e dela ser extraído o princípio ativo de um medicamento. A questão não é patentear a planta, mas é o princípio ativo do medicamento que pode ser... É essa proteção que nós precisamos. A lei proíbe, e há muitas acusações de pessoas desavisadas que a lei brasileira de patentes permite patentear animal, planta. Não... isso não existe. Isso é proibido terminantemente. Mas o grande perigo é o princípio ativo. Como é que V.Sa. responde a uma... a uma alternativa legal que pudesse ser sugerida pra impedir isso?

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - É... a... a forma, quer dizer, o que nós temos trabalhado, na verdade... O Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Ciência e Tecnologia têm trabalhado o seguinte: enquanto não se aprova, na verdade, este... a PEC, é... se criou um... um... uma comissão conjunta dos Ministérios, no âmbito também da... com a participação da Casa Civil, pra regu... pra tentar... é... nesse ínterim, na verdade, estabelecer procedimentos de acesso à biodiversidade. É... existe, como o Dr. Bráulio já explicou, uma... uma legislação hoje... é... é... que diferencia responsabilidades dos diversos Ministérios sobre acesso à... à biodiversidade, com competência específica. O Ministério da Justiça hoje tem uma competência específica sobre áreas indígenas. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem uma legislação própria para chamadas expedições científicas. Expedições científicas que... que... com presença de cientistas estrangeiros que visitam o País ou que utilizam material... é... é... do patrimônio genético brasileiro, elas têm que se submeter a... a uma aprovação no Ministério de Ciência e Tecnologia. E isso tem que sair inclusive portaria do Ministro autorizando esse tipo de expedição científica. Ela é... é submetida a uma... a um parecer sobre a natureza da... da pesquisa que é realizada. Quando nós tamo falando... é... nós tamo falando de pirataria, nós tamo falando de... é... basicamente de crimes. Na verdade, quer dizer, o... o problema que existe hoje, na verdade, é a... é a área... é... é... criminal, quer dizer, você se apropriar de um determinado tipo de patrimônio e levar pra fora do País. É... Vou ser bem... bem franco no seguinte: quer dizer, é evidente que esse tipo de situação existe... é... no... é... no caso... é... brasileiro como existe pelo mundo afora — entende? — e deve ter si... é... deve ter permitido na verdade o... a... o mapeamento de um conjunto de patrimônio genético da humanidade durante várias décadas. Não... não é uma coisa recente. É... O que é

recente e que cria... que cria a possibilidade de uma intervenção maior é que a... a mudança da legislação americana nessa área, na verdade, obriga as empresas a... a se acertarem com os países de origem daquela... da... da... do ace... da biodiversidade. Quer dizer, se... se não tivesse uma alteração na legislação internacional nesse aspecto, quer dizer, hoje acho que até teriam poucas coisas a serem feitas, porque o que foi feito no passado de bioprospecção ao longo do mundo já permitiria um... um acesso significativo a uma parte grande dos... do... sobretudo dos princípio ativo das principais... é... po... potencial de pesquisa na área de fármacos. Existe a possibilidade de fazer isso? Existe. O que nós tamo trabalhando é... no âmbito dessa comissão interministerial, de regularizar acesso, sobretudo acesso nessas situações em que não tão cobertas pela atual legislação. A legislação cobre as expedições científicas, define a responsabilidade sobre áreas indígenas e redefine responsabilidades do IBAMA acerca, na verdade, de acesso. É... O que está se trabalhando é no sentido de evitar que hajam vácuos de outras responsabilidades que não estejam definidas, de maneira que se possa tomar a iniciativa de acompanhar. Agora, formatar isso, quer dizer, do ponto de vista de benefício econômico pro País, depende... é... de estabelecer que isso seja declarado como patrimônio da União.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Deixa eu complementar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra... com a palavra o Dr. Bráulio Ferreira de Souza.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Obrigado. De fato, essa questão de biopirataria é uma questão que nos preocupa bastante, mas nós estamos numa situação fragilizada, não é, porque a questão da titularidade desses recursos genéticos não é bem definida ou é definida de forma diversa para diferentes recursos. Então isso... isso é um tratamento bastante complexo na legislação atual e, principalmente, a parte de plantas, a parte de recursos vegetais é uma grande lacuna na nossa legislação. A... a parte de fauna é... é... é melhor contemplada, não é? A parte de recursos vivos marinhos é melhor contemplada. Mas a parte de flora é uma grande lacuna no momento. A parte de microorganismos e fungos é outra grande lacuna. Então a dificuldade que nós temos hoje é de caracterizar criminalmente essas ações que são tidas como de biopirataria. Quer dizer, entende-se por bio... biopirataria um acesso a um recurso genético que não teve uma... a... auto... um consentimento prévio do detentor daquele recurso e não

houve uma compensação, uma repartição de benefícios. É isso que se caracterizaria uma biopirataria. O problema é que nós não temos uma legislação que tipifique isso claramente como crime, não é? Então nós temos no momento que usar... hã... hã... hã... hã... da melhor forma possível a legislação existente, que não foi feita exatamente pra cobrir essa situação. Então é possível cobrir um pouco, e é o que a gente tem feito com legislação de expedição científica... A Marinha tem uma legislação na área dela, o Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, né, a FUNAI... Mas... hã... existe uma... muitas lacunas aí. Então, de fato, nós tamos numa situação fragilizada... hã... hã... e... e... teríamos dificuldade no momento de levar uma queixa, por exemplo, à Organização Mundial do Comércio, porque eles iriam questionar pra ver exatamente qual é a situação... hã... hã... prevista na legislação brasileira, não é? E eu gostaria de lembrar que essa questão de acesso a recursos genéticos, biopirataria, não é uma questão unilateral. O Brasil é um grande consumidor de recursos genéticos de outros países também. Nós temos que lembrar, por exemplo, que, na área de agricultura, os avanços da agricultura brasileira têm se beneficiado de acesso a recursos genéticos de outros continentes, não é? O café veio da África; a cana-de-açúcar, da Ásia; a laranja, da China; e assim por diante. Quer dizer, a maior parte da nossa agricultura foi montada em cima de acesso a recursos genéticos de terceiros países. Então é uma área que nós temos que tomar muito cuidado de não radicalizar em termos de posições, porque haverá reciprocidade. O que a gente determinar como regras do jogo para estrangeiros aqui no Brasil nos será exigido, para que a gente continue a acessar recurso genético em terceiros países, para a melhoria da nossa agricultura e outros setores. Então, de novo, por isso que eu falei que é importante tratar de forma diferenciada diferentes setores. Quer dizer, nós precisamos de uma legislação... hã... hã... hã... flexível aí nessa área pra responder a essa demanda.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Dr. Bráulio, essa reciprocidade internacional me parece muito relativa no momento atual da humanidade. Esse... esse... essa... esse troca-troca existiu realmente até um determ... uma determinada... eu diria até mais ou menos o início desse século. Ou, se a gente quiser ser mais preciso, até o pós-guerra. Hoje há uma guerra tecnológica. A guerra não é mais trazer semente de laranja nem... é uma guerra tecnológica que uma folha pode ter um princípio ativo da cura do câncer. Eu sei que isso é uma matéria muito difícil. Eu já estudei muito isso quando trabalhei com patente. É uma matéria

muito difícil de regular. Agora, insistindo na OMC, V.Sa. disse: "Não, não se pode levar à OMC porque não tem lei". Eu acho que deve levar, até porque não tem lei, porque o sentido da OMC é um juízo arbitral internacional. Nós tamos agora sob a ameaça — o senhor sabe, o Ministério da Ciência e Tecnologia — de determinadas represálias dos Estados Unidos, porque o governo americano entende que todos os pedidos de patente após a vigência do TRIPS, ou seja, de primeiro de janeiro de 1995 pra cá, terão direito a um **pipeline**, mesmo que a lei brasileira não tenha concedido, porque o **pipeline** que a lei brasileira concedeu foi outro, foi de um ano a partir da aprovação da lei. Mas nós tamo aí. Os jornais de hoje estão dando sanções, o que é que se faz, o que é que se deixa de fazer. Então é uma caso típico de um questão levada à OMC, onde a lei não protege a quem reclama, porque a lei brasileira da época de 95, ela patenteava o processo do fármaco, mas ela não patenteava o produto, o que só veio ocorrer de 96 em diante. Então eu acho que... que... eu insisto como... no debate aberto da questão, que era um caso, mesmo pelos elementos indiciários que se tem, mesmo não tendo prova contundente, de se levar uma questão dessa à Organização Mundial do Comércio, da pirataria dos nossos recursos genéticos da Amazônia, até como poder de barganha, de discussão internacional, porque na hora em que certas questões fossem suscitadas a gente podia barganhar nos acordos feitos também com reclamações que nós temos, porque senão nós ficamos sempre na posição de reconhecer que só se leva pra OMC aquilo que seja provado e reprovado, enquanto as grandes potências, como, no caso, os Estados Unidos, estão levando pra OMC uma questão contra o Brasil que é praticamente uma interferência na legislação interna do País, porque a legislação interna do País não permite retroagir para efeito de concessão de patente, salvo no **pipeline**, que foi de um ano na Lei de Patentes. E a questão que tá sendo levada agora é pra 95. Eles querem retroagir a 95. Que que o senhor acha disso?

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Perfeito. Nós temos trabalhado junto com o Ministério das Relações Exteriores pra, justamente, defender nossos interesses a nível internacional de ajudar a estabelecer regras internacionais que nos protejam. Então a... a... Convenção de Biodiversidade veio a ser justamente um marco nesse sentido, e temos avançado com outros instrumentos complementares. O problema é que a Convenção estabeleceu princípios gerais e o problema é a parte operacional, não é? Deixa eu exemplificar com um deta... um exemplo: ah... a

Lei de Crimes Ambientais que... foi aprovada pelo Congresso não faz muito tempo. Nessa lei... h... foi retirado o artigo que criminalizava justamente a questão de biopirataria. Por que que isso foi feito? Porque, da forma que estava redigido, permitiria... h... h... caracterizar como biopirataria qualquer exportação de recurso biológico. Então, eventualmente, exportação de soja, exportação de madeira seria enquadrada como biopirataria, porque se trata de remeter pro exterior... h... recurso biológico. Então optou-se por eliminar na Lei de Crimes, naquela época, por não termos um consenso sobre a melhor forma de tratar, pra que esse assunto fosse tratado e criminalizado adequadamente na lei específica sobre acesso a recursos genéticos e repartição de benefício, não é? E foi isso que nós fizemos. Porque é preciso fazer uma separação — eu vou usar uma figura de expressão ruim —, separar o corpo da alma. Quer dizer... h... o que nós queremos é regulamentar e criminalizar o acesso à informação genética, às moléculas... a... a... a... a princípios ativos que estão dentro das plantas, dos animais, dos fungos, mas separadamente da questão do aproveitamento daquele... daquela planta, daquele animal, como alimento, como **commodity**. É preciso fazer uma separação disso, né, porque senão nós vamos criar uma grande confusão, não é, e acabar prejudicando as próprias exportações brasileiras. Então essa distinção é que passa pela questão de definição de titularidade de recu... do patrimônio genético como uma coisa específica, né, e a... a questão da regulamentação das regras do jogo através de uma lei específica de acesso a recurso genético. Então, de fato, enquanto não tivermos isso, vamos continuar com essa situação frágil. É possível melhorar. O... o Dr. Pacheco mencionou: nós temos uma comissão trabalhando pra ver como otimizar o... o... os dispositivos legais existentes hoje pra fazer um melhor controle. Mas nós já sabemos de antemão que existe uma série de lacunas e dificuldades que não vamos conseguir superar no momento.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É... eu entendo o que o senhor diz. Apenas eu quero justificar uma posição. Ninguém mais do que eu é favorável à convivência internacional, à discussão global dos problemas, à defesa da OMC, de patentes etc. Minha linha é essa. Agora, também eu vejo, até por certa experiência parlamentar que tenho nessa área, que é preciso a gente levantar questões também pra poder barganhar com os grandes. Eles precisam ter, na hora... é... da aplicação das sanções... Eu participava, há cerca de uns seis meses atrás, de uma reunião conjunta do Parlamento Europeu e do Parlamento Latino-Americano. À

certa altura, a bancada de deputados da Inglaterra levantou — deputados europeus — levantou a questão contra transgênico em benefício da humanidade — coisas que a gente aqui, às vezes, faz até de uma forma radical, tem que fazer é de uma forma equilibrada — contra transgênico pra punir a Venezuela. Por quê? Porque a Venezuela tava fabricando cerveja com produto biotecnológico e os ingleses não tavam vendendo cevada. O que eles tavam querendo era vender a produção de cevada deles. Aí combate o transgênico lá. Aí vieram os venezuelanos e explicaram: "Não, a qualidade é a mesma" etc. Então esses interesses dos grandes, eles conduzem, às vezes, quase sempre com muita competência, criando até inibições pra gente, botando **slogan** na cabeça da gente: "Somos contra transgênico". Não, podemos ser contra transgênico em situações concretas. Não pode ser uma regra geral, porque o caso específico que eu presenciei num debate parlamentar com o Parlamento Europeu, foram os ingleses contra, porque tavam com o mercado refreado. Então era uma questão que, se debatido, o interesse nacional da Venezuela, seria outro, ou seja, usar o transgênico naquele caso específico. Por isso é que eu acho que essas reclamações na OMC, mesmo sem ter um apoio legal, ela... elas valem como poder de negociação e pra que, na ordem internacional, eles entendam também que nós temos nossas formulações, por mais frágeis que possam parecer. Agora, não serão menos frágeis do que as deles também em certas ocasiões. E do debate é que surgem certas alternativas. Bem, Sr. Presidente, eu queria apenas aqui fazer mais uma indagação ao Dr. Carlos, que é o seguinte: o Presidente do Conselho Federal de Medicina, em depoimento aqui na CPI, referiu-se ao que ele chamou de "**apartheid farmacológico**", ou seja, doenças que não têm medicamento que... que... que não têm ou têm medicamentos muito precários para o seu tratamento. São doenças dos países mais pobres e doenças que, regra geral, as grandes empresas não pesquisam, como leishmaniose, filariose, formas existentes de malária, tuberculose etc. O senhor referiu a intenção de criar um fundo setorial que faria as pesquisas necessárias ao quadro de saúde do Brasil. Eu pergunto: por que as grandes indústrias, os maiores pesquisadores não pesquisam fármacos para essas doenças específicas? E o que que o Governo faz no sentido de não digo de obrigar, mas de criar mecanismo, até de incentivo, para levá-los a essa área? E queria também um esclarecimento: esse fundo que o senhor falou já funciona? Quantos recursos

financeiros, qual a quantidade de recursos financeiros que dispõe e onde já investiu?

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - Sr. Relator, o... o fundo que tá sendo discutido é uma... uma proposição de criar um fundo específico pra área de saúde... é... tal como os outros... é... fundos setoriais que foram encaminhados pelo Sr. Presidente ao Congresso Nacional, sob a forma projeto de lei, num dia de abril passado. Ou seja, a existência de um fundo específico pra suporte de pesquisa e desenvolvimento do setor saúde... é... vai ser encaminhada pelo Sr. Presidente ainda nesse semestre pra essa Casa, pra ser criado a partir daí. É... a pesquisa em saúde nesse País hoje é financiada basicamente com recursos tradicionais do CNPq, da FINEP e, na área de formação de recursos humanos, da CAPES. Existem nessas agências alguns programas específicos de pesquisas voltados pra esse tipo, na verdade, de doenças de países pobres, vamos supor. Nós temos um programa de financiamento de pesquisa na área de... da FINEP tradicional na área de tuberculose, há algumas linhas de financiamento de pesquisa na área de pesquisa sobre malária, mas, sem dúvida nenhuma, esse... o esforço necessário pra ser feito, né, nesse aqui teria que ser muito maior do que hoje o País faz. A... a sugestão de criar um fundo específico de financiamento a isso é, inclusive, no reconhecimento de que seria preciso fazer um esforço muito maior nessas áreas. É... há uma compreensão evidente, tanto do Ministério de Ciência e Tecnologia como no Ministério da Saúde, de que um fundo dessa natureza não deveria se... é... se confundir, na verdade, com todas as linhas de financiamento que já existem, sobretudo as bolsas de formação de recursos humanos, de tal maneira que... de tal maneira que ele tivesse uma forte concentração do recurso desses fundos em questões mais emergentes e mais estratégicas, basicamente vinculados, na verdade, a questões como essas que foram retratadas: malária, tuberculose, dengue — certo? —, AIDS, algumas questões que são críticas, inclusive do ponto de vista da agenda do Ministério da Saúde. Então que esse fundo fosse especificamente pra isso. Agora, com relação à participação do setor privado em pesquisa nessa área, quer dizer, quais são os mecanismos possíveis de indução? Quer dizer, hoje não existe mecanismos de indução direta de pesquisa nessa área. O que existe é... é a possibilidade de se usar mecanismos de... é... estímulo à existência disso. Os próprios programas do Ministério, sobretudo do PADCT, com dinheiro... recursos do Banco Mundial, nessa área de saúde, acabava estimulando

participação do setor privado em desenvolvimento de alguma... em pesquisa em algumas áreas, através da alocação, na verdade, de (*ininteligível*) pro setor privado, de auxílios à pesquisa do próprio setor privado ou de alocação de recursos humanos qualificados do setor privado, sobretudo usando bolsas do programa (*ininteligível*), na verdade, que permite você botar um técnico na empresa durante dois anos, com compromisso da empresa de contratá-lo na seqüência. Quer dizer, do ponto de vista da indução de pesquisa do setor privado, que existem esses mecanismos de estímulo, que são basicamente alguns pequenos proje... recursos pra projetos que subsidiam projetos de pesquisa do setor privado, basicamente e mais, inclusive, as empresas nacionais do que as estrangeiras, e sistema de suporte a bolsas de recursos humanos qualificados na empresa. Não existe um mecanismo de... é... de... compulsório mais forte de forçar a pesquisa nesse tipo de setor. Ou seja, creio que a montagem de um fundo nessa natureza, tal como a gente tem concebido o tipo do fundo, ou seja, numa forma de um programa integrado, em que os recursos do fundo possam ser tanto aplicados pela forma... pra bolsas, como pra projetos de pesquisa, como pra... o... suporte ao conjunto de atividades que tão por volta da pesquisa, inclusive pra bolsas de alocação de recursos humanos qualificados dentro dessa indústria, ele podia ser um indutor muito forte de pesquisa nessa área. Não há... quer dizer, a alternativa que poderia ser pensado a isso seria uma coisa ainda mais crítica no estilo, como existe, por exemplo, no caso da Lei de Informática, que é a obrigatoriedade de gastos de pesquisa em desenvolvimento pra certo benefício de redução de IPI. Mas é.... evidentemente que no setor de saúde isso tem que ser pensado com muita cautela, porque ao mesmo tempo que a gente quer incentivar a pesquisa e desenvolvimento em algumas áreas, nós temos do outro lado um problema de preço de medicamento. E qualquer tentativa de vinculação de uma receita nessa natureza a um esforço de pesquisa e desenvolvimento, ela pode, na verdade, ser associada com eventual aumento de custo e justificativa pra elevação de preço de remédio. Então ela tem que ser feita com certa cautela, porque ela poderia implicar em... em impactos dessa natureza. Quer dizer, eu creio que o que é possível fazer no País é ter mecanismos de indução mais claros de pesquisa nas áreas críticas. E um fundo nessa natureza tá pensado pra ser exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, depoente, obrigado, Sr. Relator. Tem a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Relator e os nossos convidados de hoje, primeiro eu quero explicar que a história de que no Paraná micrório é só tamanho igual ou maior à borboleta é por parte da Vigilância Sanitária, segundo o que o Deputado havia me explicado. Eu quero iniciar cumprimentando o Dr. Bráulio quando valorizou — me pareceu de maneira bastante apropriada — o conhecimento de comunidades as mais variadas, incluindo aí as indígenas, bem como, digamos, a explicitação de uma constatação antiga que também aí, digamos, não temos conhecimento e, portanto, é... não temos condições de valorar adequadamente... é... e até mensurar o que que isso pode produzir para o País. Aproveitando, digamos, esta observação, Brasil de 500 anos, digamos, que ainda também não tem a dimensão da sua própria biodiversidade, V.Sa. afirmou que a expectativa que passa e agora, digamos, dos 20% — não é? —, a estimativa, no que diz respeito à biodiversidade mundial... é... aos senhores eu creio perguntar, mas vou fazê-lo. Combinando essa... esse potencial e, ao mesmo tempo, a informação aqui prestada pelos próprios laboratórios quando nós questionamos, não há nenhuma pesquisa de laboratório multinacional feita no Brasil ou com material genético ou de plantas, animais etc, que tenha sido patenteado no Brasil, mesmo quando a pesquisa aqui tenha sido feita; e combinando com aquilo que também aqui afirmou o Dr. Carlos Almérico... Américo Pacheco... Ele, no documento que foi distribuído... a indústria química, do ponto de vista das multinacionais instaladas no Brasil, estão atrás da indústria de têxtil e vestuário, no que diz respeito à pesquisa e desenvolvimento. A pergunta que eu faço aos dois: tem havido transferência de conhecimento e tecnologia da indústria multinacional aqui instalada para o Brasil ou não? Se tem, digamos, de que maneira que isso pode ser avaliado para o conhecimento brasileiro? Até porque... E aí foi também uma afirmação contida, e foi explicitada, está contida no documento do Dr. Américo, e eu queria perguntar a ele especificamente. Em certa altura o senhor diz o seguinte: que dificuldades... eu não... limitações, aqui diz: "No entanto, limitações ao desenvolvimento científico fazem com que a oferta de inovações fique praticamente inelástica, o que torna fundamental o aporte de recursos públicos." Veja, como é que os senhores vêm o aporte de recursos públicos na pesquisa e isso acaba sendo apropriado pela iniciativa privada? Eu queria um... assim... como é que o Governo vê, pelos respectivos Ministérios, esta situação. Eu tô, no momento, desconsiderando aquela idéia do fundo setorial, que parece prever,

captar recursos das próprias indústrias. Mas, desconsiderando isso e combinando com o que ocorreu até hoje, como os senhores analisam para o País?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) Quem vai primeiro? O Carlos Alberto... Carlos Américo Pacheco.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - A... É evidente que o... a produção doméstica de fármacos por parte da empresa transnacional, ela representa uma transferência de tecnologia, na verdade, que é o seguinte: o domínio da tecnologia da produção — tá certo? —, quer dizer, a sua disponibilização é uma transferência, quer dizer, você tem contratos é... de... é... transferência de tecnologia pra poder produzir aqui. Quer dizer, nesse sentido da produção doméstica de desenvolvimento tecnológico realizado em outros lugares do mundo, ela representa uma transferência de tecnologia. O que está em questão não é tanto a... o... a existência de contratos de transferência de tecnologia, o que está em questão, quer dizer, eu acho... na... na sua pergunta é basicamente a idéia de que... qual é a contribuição que essa... essa indústria tem dado ao desenvolvimento científico-tecnológico no País, não é isso?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Inclusive, me permita...

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - É.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... inclusive pra con... contribuir com o que eu quero saber a opinião dos senhores, é que normalmente a produção, ela ocorre depois de vencida a patente. Na questão da... de fármacos, estamos, a indústria nacional, nitidamente atrasada, né, largamente atrasada.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - Quer dizer, o... o que acontece aqui é o seguinte... quer dizer, qual é a contribuição que as empresas têm dado? Você tem vários é... vários projetos de pesquisa exitosos e... Por isso que eu trouxe um material que relata projetos que são bastante usados na área de vacinas, fármacos, sejam feitos por, inclusive, laboratórios públicos, no caso de... sobretudo Manguinhos, Instituto Butantan etc., sejam feitas por empresas nacionais na área sobretudo de imunoderivados em vá... há... há várias questões exitosas. E eu trouxe um pouco um material que relata projetos que são projetos exitosos do ponto de vista tecnológico. Quer dizer, e há competência científica instalada aqui. O que... quer dizer... Agora, a contribuição sobretudo das empresas transnacionais para o desenvolvimento científico-tecnológico é muito pequena. Por isso que eu tinha enfatizado nesse depoimento... é... e procurando não fazer um... um julgamento

subjetivo disso, mas usando essas pesquisas pra mostrar que o esforço de pesquisa e desenvolvimento feito no País é pequeno. Eu queria chamar a atenção de que aqui tem duas dimensões... é... que não... não é assim. A primeira é para, quer dizer, a... aos... as condições de capacitação científica e tecnológica do País; a contribuição é pequena. A segunda, que às vezes a gente não se dá conta, é de que à medida em que esses setores vão mudando, do ponto de vista econômico, e vão ficando cada mais incentivos... é... in... in... intensivos em pesquisa, os bons empregos, os empregos melhores, as atividades econômicas relevantes passam a estar atreladas a... a esse setor. Então, do ponto de vista da contribuição ao País, do ponto de vista da geração de renda, emprego, para, em contrapartida, se beneficiar de um mercado que é um mercado extremamente dinâmico, como é o mercado brasileiro, é uma contribuição pequena. Normalmente... quer dizer, a... Eu já tive reunido até com um conjunto de diretores da área de pesquisa em desenvolvimento da indústria farmacêutica, inclusive no... na... na... há poucos meses atrás, discutindo alternativas do que fazer nessa área. Quer dizer, há um próprio reconhecimento da própria indústria de que ela... o que ela faz é um esforço ainda relativamente pequeno dentro do País, comparativamente ao que ela faz no resto do mundo, sobretudo nos Estados Unidos. É... Uma parte grande, inclusive, do que se faz e contabiliza como esforço de pesquisa e desenvolvimento por parte dessas empresas é suporte, é congressos médicos, viagens de médicos a congressos e coisas do gênero, quer dizer, significam um esforço interno, inclusive, muito pequeno nessa área. Quer dizer... quer dizer, aí eu acho... quer dizer, é... o... o que tá dito nesse texto, na verdade, é que é uma espécie de responsabilidade, cidadania econômica que se espera das empresas pelo acesso ao mercado brasileiro. Por isso um pouco a sugestão... é... que é uma sugestão que tá em análise nos dois Ministérios, mas que é...a... uma.... a... apenas uma questão preliminar, da eventualidade de que o próprio esforço de pesquisa e desenvolvimento fosse feito... é... induzido através de... e esse fundo, através de uma contribuição de intervenção no domínio econômico no âmbito da própria indústria, na verdade, como um mecanismo, inclusive, de indução a gasto em pesquisas e desenvolvimento pela própria indústria. Agora, não há dúvida nenhuma de que em qualquer lugar do mundo a pesquisa e desenvolvimento nessa área pressupõe fundos públicos, ela pressupõe sempre fundos públicos... é... Quer dizer, uma coisa é o diagnóstico de que o gasto privado em pesquisa e desenvolvimento é

muito baixo no Brasil. Está correto? Tá corretíssimo e é preciso induzir um aumento do gasto privado em P&D. A outra coisa é que você precisa em paralelo também fundos públicos suficientes pra... pra... atuar paralelamente a isso. Porque, é... quer dizer, uma parte da concentração do esforço de pesquisa e desenvolvimento nos países mais desenvolvidos é pelo fato, na verdade, de que os custos de P&D nesse setor crescem exponencialmente, é a chamada terceira geração de fármacos e o emprego da biotecnologia de... é... de toda essa parte de robótica miniaturizada, etc. pra pesquisa de fármacos, faz com que o custo de desenvolvimento de fármacos cresça exponencialmente e faz, inclusive, que você tenha estratégias das empresas de repartir entre elas os custos de desenvolvimento. Aporte do setor público, com recursos nessa área pra reduzir o custo de desenvolvimento, estratégia entre as grandes laboratórios de compartilhar... é... centros de pesquisas conjuntos pra poder reduzir os custos e processos de fusão... é... grande, do tipo da própria classe, como é o (*ininteligível*)... é... para poder na verdade ter escala pra reduzir custo de desenvolvimento, que são custos crescentes. Quer dizer, a gente também não deve ser... é... não deve cair na ilusão de que é... seja possível nesse terreno fazer de tudo. É preciso selecionar o que o País tem capacidade pra fazer, selecionar terrenos em que a gente quer atuar... é... e in... in... insistir nesses terrenos. Evidentemente, estão nesse terreno aquilo que já... o... o... o Deputado Ney Lopes já tinha comentado sobre questões que são estratégicas pro País e que não serão feitas, não estão na... na... estrategicamente localizadas como área de pesquisas relevantes pros grandes laboratórios, que diz respeito a nossas doenças, sobretudo... é... é... aquelas que foram mencionadas aqui. E algumas outras áreas em que nós temos competência científica e é possível trabalhar. Quer dizer, o País já teve programas importantes na área de fitoterápicos, mas esses programas têm sido submetidos a uma oscilação muito grande — não é verdade? — em função da variabilidade que os recursos... é... quando têm recursos, quando não têm recursos. Nós temos, na área de... de.... imunobiológicos uma... uma área grande de pesquisa, com alguns sucessos dentro do País, tá certo? E temos várias coisas desse tipo. Então eu acho que o fundamental aqui é que o... o esforço de incentivo ao P&D privado tem que existir, mas ele vai ser... é... é.... ao mesmo tempo você tem que fazer um aporte de recursos públicos no setor. As duas coisas têm que acontecer ao mesmo tempo. É... esse esforço de P&D do setor privado... é... ele

pode ser induzido inclusive por melhoria de recursos humanos e infra-estrutura dentro do País, tá certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Bráulio Ferreira de Souza.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Obrigado. É. A... sem dúvida nenhuma, tem havido apropriação pelos... pela indústria privada da... do investimento público em ciência e tecnologia. Isso se dá no mundo inteiro e se dá em outras áreas. O setor agrícola é um bom... é um bom exemplo. Eu acho que o problema é a... que nós temos de fazer isso de uma forma um pouco mais transparente e negociada, pra que haja a... a... a compensação aí, a... a... a... e atendimento dos vários interesses. A... a indústria tem várias formas de se apropriar. Quer dizer, primeiro porque a própria forma com que a ciência é feita no Brasil, quer dizer, estimula o desenvolvimento de carreira do pesquisador, pela... pela velocidade de publicação e número de publicações. Uma vez publicado é domínio público e as empresas podem se apropriar e não há retorno nenhum previsto em patente etc. Uma forma de corrigir isso é a... a... tratar de assegurar direitos de patentes antes de publicar resultados. E isso vários órgãos de pesquisa no Brasil estão fazendo, né? Isso também tem seus problemas, porque isso significa mudar toda uma cultura de pesquisa, né, que era de um sistema de pesquisa básica, para o bem da humanidade, tudo compartilhado, por uma situação com as coisas mais controladas e tratando de negociar interesses, né? Interesses públicos **versus** interesses privados. As... as indústrias, por exemplo, usam muito a estratégia de apoiar congressos, não é, participação de pesquisadores brasileiros em congressos. E aí elas obtêm a divulgação dos resultados das pesquisas... hâ... hâ... que estão sendo feitas. Então, há várias formas de... de se fazer isso, não é, que não são ilegais e que é... é... faz uma apropriação a... a... assimétrica. O problema é que a pesquisa nessa área, como o Dr. Pacheco levantou, cada... é... é.... cada vez exige maiores investimentos. Existe uma agregação de valor crescente de investimentos, na medida em que você sai do recurso genético bruto para um produto lá na... pra comercialização. As estimativas é que cada produto final comercializado na área de fármacos exige investimento aí de 200 milhões de dólares, qualquer coisa nessa ordem de grandeza, né? Qualquer uma dessas grandes empresas de fármacos internacionais, essas grandes multinacionais, tem investimento em P&D superior a todo o investimento brasileiro em P&D, não é?

Então é uma área que, evidentemente, nós temos que ser mais estratégicos em termos de quais as áreas, como o Dr. Pacheco falou. Uma coisa é formação de recursos humanos sem maiores definição de prioridades, de... de... de... de, né? Outra coisa é uma demanda mais induzida, quer dizer, tendo maior clareza de quais aqueles nichos que nos interessa ocupar, priorizando isso, mas, junto, talvez, com uma estratégia de parcerias com o setor privado pra que haja uma maior transparência sobre o que cada um pode... pode contribuir.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. Veja, é público e notório que a indústria farmacêutica faz pesquisa, e elas são relevantes, até pra humanidade, né? É... Ocorre que na planilha de custos da indústria farmacêutica eles lançam, no Brasil, custos de pesquisas que não foram feitas no Brasil. Se lançam no Brasil, é óbvio, é de se prever que eles lançam os mesmos custos, que são feitos uma única vez, em todo o mundo, o que..., é... evidentemente, é... é contraditado inclusive pela... é... pelo documento que nos traz aqui o Dr. Carlos Américo Pacheco. Quer dizer, no Brasil não se faz, a rigor, pode falar de maneira genérica, a indústria química e farmacêutica não faz pesquisa, dado o baixo índice. Quer dizer, e isso, portanto, eu creio — queria saber a opinião dos senhores — que a legislação brasileira deveria, digamos, abordar e, na minha opinião, coibir que se cobre, digamos, é... por um custo que o... que o... é... o senhor acabou de dizer que estima-se em 200... é... milhões de dólares. É... chegam a dizer que custa 500 milhões uma molécula. E quando nós estivemos em Far-Manguinhos, hoje há, digamos, uma avaliação que é internacional por parte dos cientistas, que o custo pode não chegar a 100 milhões. Quer dizer, inclusive isso daí é a verdadeira caixa-preta. Quer dizer, e nós não temos instrumentos... O Governo brasileiro, por exemplo, pra analisar a planilha de custos, pega a planilha de custos da indústria farmacêutica. E daqueles dois aspectos que o Dr. Pacheco abordou quero agregar o terceiro. Quer dizer, um é esse: a transferência não ocorre, a não ser na produção. Segundo, que os melhores empregos são exportados, porque são os que mais agregam conhecimento. O terceiro é este, quer dizer, vai pra planilha de custos, né, de... e a população paga eternamente. E temos aqui no Brasil o dissabor de ver que a indústria nacional alega nos seus custos, também altíssimos, dos medicamentos similares — e que nós temos o risco de genérico ir pro mesmo caminho — que eles têm que fazer propaganda. A farmacêutica... A indústria multinacional faz pra médico, e a nacional faz com os BOs, com os vendedores de

farmácia e tal. Pergunto aos senhores: o que é que impede que no Brasil se compra a lei simples de obrigar a ter o farmacêutico na farmácia? Porque nós poderíamos pegar da ponta da cadeia e voltar, digamos, para, passando por custos e qualidades... Por que que eu tô fazendo essa pergunta, que, aparentemente, não é própria com o papel dos senhores aqui hoje? É que, da mesma maneira que nós temos que estabelecer objetivos macros a serem cumpridos, nós tamos sempre nessa linha de País do futuro, mas, enfim, com esforços, que a gente reconhece, de todas as partes, porém, ao mesmo tempo, coisas rigorosamente simples não são feitas. E aí qual é o risco que nós temos? É mais uma CPI, busca-se fazer um trabalho e, depois, nem a qualidade nem os preços, necessariamente, eu diria, com um certo... com uma certa brevidade os preços vão ser baixados e a qualidade vai ser mantida. Então eu queria ouvir como é que os senhores vêm. Quer dizer, ao mesmo tempo que planejam iniciativas, sem dúvida, importantes... E, veja, qual é o problema do... do... Não é problema... Eu sou... Acho que todos nós... Não é que somos favoráveis. Sempre os recursos públicos é que foram investidos em pesquisa. O problema está na outra ponta. E aí tem essa questão de não ser, de um lado, nem transparente nem haver negociação. Pergunto também — acho que aí é mais apropriado: não tá nos planos do Governo... Tá havendo megafusões, não só na pesquisa, megafusões de empresas. Por que a gente não concentra, estabelecendo objetivos claros e definidos, sem querer produzir tudo, mas, por exemplo, em alguns laboratórios oficiais que o Brasil já tem, que a Universidade brasileira já tem, e que tão, em certa medida, desativados... Quer dizer, isso já foi respondido aqui pelo Ministro Alcides Tápias, também pelo Ministro Serra, de que vai-se aportar recursos. Porém, se se faz pergunta de quanto já foi, pelo Ministério do Desenvolvimento ainda nada foi feito. Então, também, como é que vocês tão vendendo isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Carlos Alberto Pacheco.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - É... o... a questão do suporte concreto aí aos... respostas concretas ao setor, como fazer. Sem dúvida, na verdade, é o seguinte: acho que a... é... o... Eu tinha dito o seguinte: o orçamento, por exemplo, da área de saúde, das agências de ciência e tecnologia é, como em qualquer lugar do mundo, mais ou menos entre um quarto e um terço. Em qualquer lugar do mundo é assim, não é muito diferente, quer dizer, um terço... é... um

quarto a um terço dos recursos de pesquisa e desenvolvimento, em qualquer lugar do mundo, é usado no setor saúde, é dos mais intensos números de recursos. O CNPq gasta, basicamente, 100 milhões/ano com suporte a bolsas de formação de recursos humanos do doutorado, mestrado, etc., pesquisadores na saúde. A CAPES gasta mais ou menos o equivalente a isso e o FNCT, que é via FINEP, que é Secretaria-Executiva, sempre aportou uma quantidade de recursos dessa ordem, um quarto do seu orçamento na área de saúde, ainda que com muita instabilidade. E essa é a razão básica que nós tamos propondo esses fundos setoriais aí pra reduzir a instabilidade de recursos pro setor. É... Entre os grandes... Quem são os grandes tomadores de recursos nessa área? Pra onde vai esse dinheiro? Na verdade, quer dizer, uma parte grande da capacidade instalada de pesquisa no Brasil nessa área estão concentrada nas universidades públicas. As seis maiores universidades públicas respondem por praticamente mais de 60% da pesquisa que se faz aqui dentro. E, sem dúvida nenhuma, na área de saúde, em fármacos, é... a FIOCRUZ é um grande tomador de recursos. Pela própria competência e mérito dos projetos da FIOCRUZ, ele é um grande tomador de recursos. Ou seja, uma parte grande dos recursos no Ministério de Ciência e Tecnologia, eles são destinados às instituições públicas, já. É... e a eles se acopla, na verdade, o orçamento direto do Ministério da Saúde, que responde tanto pela produção de Far-Manguinhos, como pela... por parte da pesquisa que se faz... é... na FIOCRUZ. Então, quer dizer, os laboratórios já são apoiados pelas linhas tradicionais. Quer dizer, um aumento do esforço nessa área que é preciso fazer, ele precisa de um acréscimo de recursos... É... eu queria dizer o seguinte: é... um acréscimo de recursos que esteja mais focalizado a soluções de problemas, a urgências. É... essa era um pouco a idéia da criação desse fundo, ou seja, esse... os recursos que hoje são alocados são da ordem, das agências federais, é o seguinte... É... Fora o orçamento do Ministério da Saúde, mas, entre, sobretudo, CAPES e CNPq, são da ordem de 200 milhões de reais/anos pra um conjunto de suporte a pesquisa e bolsas de formação... é... de mestres e doutores nessa área **lato sensu** de saúde. Quer dizer, isso é basicamente o que se faz hoje no... na... de financiamento do setor e projetos. É... o recurso adicional a isso teria que ser vindo sobre a forma de um fundo específico, cuja gestão tivesse... é... visando resultados mais de curto prazo em torno de uma agenda de prioridades concretas, até porque não se pode deixar de... não se pode simplesmente pegar os 200 milhões que hoje são alocados

no setor e querer reorganizá-los de outra forma, sobre o risco da gente desmontar, tá certo, as instituições hoje que tamos falando e o sistema de formação de recursos humanos que nós temos. O sistema de formação que nós temos é um grande **handicap** hoje, né? Nós podemos fazer. Eu mencionei aqui aquele texto da... da... da Glaxo, comentando a situação, hoje, do País nessa área, nós temos um **handicap** para fazer coisas no País. Esse **handicap** é resultado de anos e anos de investimento na formação de recursos humanos qualificados. Nós não podemos simplesmente retirar o recurso que tá ali pra tentar agora resolver o problema e focalizar. Nós precisamos fazer uma coisa, um... um fundo desse voltado pra resultados... eh... imediatos em torno de uma agenda bastante concreta de pesquisa e dar suporte continuado ao que se faz no resto do País. Então eu acho que... eh... concretamente é isso. E, e nesse sentido os laboratórios oficiais, como já são, na verdade, hoje, uma parte grande do destino desses recursos já são, eles, evidentemente que eles serão até pela competência estabelecida nesses próprios laboratórios... eh... sobretudo... eh... especialmente na, na FIOCRUZ, Instituto Butantan... eh... e em alguns outros laboratórios estaduais espalhados pelo País. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Bráulio, e querendo advertir o nobre interlocutor que o seu tempo tá muito esgotado, tá?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Já encerrei, Presidente. Eh... é dupla a responsabilidade. É que o tema é difícil, e eles também, com razão, se estendem na resposta. Eu queria pedir, se possível, a cópia das duas pesquisas que foram utilizadas no seu texto aí pra, pra que a gente pudesse ter acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O doutor... o Dr. Bráulio quer fazer intervenção? (*Pausa.*) Tem a palavra V.Exa.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Obrigado. É um comentário rápido. Eu acho que é uma questão também de decisão política nacional, quer dizer, queremos ou não... qual é o papel que o Brasil quer ocupar nesse contexto, e... isso acho que passa por duas coisas: uma é provavelmente a necessidade de ampliação dos investimentos públicos nessa área, não é? Se compararmos, por exemplo, a agricultura, a agricultura brasileira deu um salto, nesses últimos trinta anos, pela intensificação dos investimentos públicos de pesquisa agronômica, né? Só, só a EMBRAPA é um investimento de cerca de 500 milhões... eh... por ano.

Então, eh... é um investimento maior do que a... a... o que se tem na área de saúde. Então, se quisermos investir maior, se, se o Brasil quer ocupar um espaço maior nessa questão de desenvolvimento de novos produtos farmacêuticos, usando essa vantagem comparativa que nós temos da grande biodiversidade, esse conhecimento tradicional, a capacidade científica instalada, mas é preciso agregar algo mais em cima disso, quer dizer, nós precisamos fazer um investimento mais continuado, como foi mencionado pelo Dr. Pacheco, ampliar a... a, a capacitação dos laboratórios atuais em termos de... de domínio de tecnologias e equipamentos mais modernos, mais rápidos, que isso vem progredindo muito rápido, não é? É preciso definir com maior clareza prioridades, dentro de... eh... diferentes Ministérios, né, e setores do Governo, mas é preciso, antes de tudo, também estabelecer alguma forma de pacto com o setor privado farmacêutico, né? O que a gente vê, nesses últimos anos, é uma tendência de concentração da indústria farmacêutica, nas suas matrizes, né, fechamento de filiais no mundo inteiro, o Brasil felizmente tem ainda sido um País privilegiado nesse sentido, quer dizer, a... as grandes indústrias têm mantido instalações e até ampliado instalações, mas visando basicamente produção... eh... tendo em vista a dimensão do nosso mercado. Esse componente de realmente passar a trabalhar no Brasil, com investimento em P&D, ainda não passou pela, pelas decisões das empresas. Então, eu acho que isso necessitaria de um... um... estabelecer alguma forma de pacto em que fique mais claro qual é a contribuição do Governo Público, o setor privado, como é a transparência e... e as negociações em termos de repartição de benefício nessa história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o nobre Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, nobres depoentes, Sras. e Srs. Deputados, para o Dr. Pacheco, assim, objetivamente: o nosso Ministério acompanha as pesquisas que são feitas nos fármacos? Se há, realmente, uma... uma maneira de saber como é que essa pesquisa está sendo efetuada? Em segundo lugar, a relação que o Ministério tem, para nós conhecermos e tentarmos aí visitar alguns laboratórios, e alguns que estão fazendo pesquisa também, o Ministério tem uma linha concreta, dinâmica de relação com esses laboratórios e com essas universidades que estão fazendo pesquisa para que eles possam fazer controle? E nós estamos aqui flagrando alguns pseudolaboratórios que estão

produzindo fitoterápicos totalmente falsos. Então, se a ciência e tecnologia tem caminhos para ajudar até esta própria Comissão a deflagrar essas falsificações que se evidenciam em larga escala em... em alguns pontos do País. Depois, se esta Co, se o nosso Ministério — para o Dr. Pacheco ainda —, se os senhores teriam, essa Comissão tem, os senhores sabem perfeitamente que nós estamos lutando para ver se não concretiza o abuso dos preços dos medicamentos, evitar-se também a falsificação... Então, nós perguntaríamos se os senhores têm algum contato direto, porque nós contatamos aqui que os Ministérios não se comunicam entre si, se o Ministério de Ciência e Tecnologia, já que nós estamos agora processando, e eu vi aqui uma parte em que existe, a partir de tentativas anteriores de formulação de um programa conjunto do Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Saúde, eu pergunto se os senhores agora estão numa linha de comunicação direta com a agência... eh... a nossa Agência de Vigilância Sanitária, nesse período em que elas estão, ela está tentando fazer o reconhecimento dos genéricos, através dos dois testes de bioequivalência e biodiversidade. Se, realmente, o Ministério está, digamos assim, fazendo um trabalho de um canto, e a Vigilância Sanitária fazendo de outro, e infelizmente não chegando, digamos, àquilo que nós desejávamos, que era que em junho nós tivéssemos 200 ou cento e poucos genéricos dentro do mercado. Eu queria que V.Exa. pudesse nos esclarecer algumas dessas perguntas que nós formulamos.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - Eh... o Ministério acompanha a pesquisa que se faz nessa área nas instituições públicas, financiadas com recursos públicos, ou seja, todo projeto de pesquisa nessa área, ou concessão de bolsas nessa área pra formação de recursos humanos, ou bolsa de pesquisa, que é um... eh.. um recurso importante, na verdade, que a bolsa de pesquisa é uma, uma espécie de recurso adicional que o pesquisador recebe regularmente, todo mês, e que é um incentivo a se manter na atividade de pesquisa... eh... esse efe... eh... foi acompanhando todos os projetos que são aprovados, inclusive porque eles são julgados em mérito, são julgados por comitês científicos, na verdade, pra avaliação. A pesquisa feita no âmbito do setor privado não é acompanhada pelo Ministério, o Ministério não acompanha isso, quer dizer, é por isso inclusive que eu usei no depoimento essas... eh... indicações de estatísticas econômicas externas do setor pra uma... pra retratar qual é o esforço de pesquisa feito para o setor privado. O Ministério não acompanha a não ser projetos que tenham sido financiados pelo

Ministério como eu falei antes, tipo PADCT, são projetos de desenvolvimento tecnológico com participação de empresas. Há em... em vários laboratórios nacionais, projetos que foram contemplados com recurso desse tipo, esses projetos que envolvem recursos são acompanhados. Eh... no que diz respeito a relação entre os dois Ministérios e relação com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o CNPq tem um conjunto de relações... eh... já bastante antigas, na verdade, com o Ministério da Saúde... eh... e o Ministério de Ciência e Tecnologia também, que inclusive derivaram em um conjunto de conferências sobre pesquisa nacional de saúde há uns anos atrás e o estabelecimento de qual a agenda de pesquisa, um conjunto... eh... de definição de agenda de trabalho na área de pesquisa em saúde. E o CNPq trabalha muito com a própria FIOCRUZ, gerenciando programas de formação de recursos humanos com... eh... que a FIOCRUZ faz convênios com o CNPq, e ela trabalham em conjunto com o REFORSUS e com vários outros programas conjuntos entre os Ministérios. Eh... no que diz especificamente à tese de bioequivalência e a relação com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, também o que está em moldes pra ser implementado agora é uma, uma operação parecida com essa em que o CNPq dá suporte. Quer dizer, o que o Ministério pode fazer é que o Ministério dispõe, via sua agências, sobretudo o CNPq, de instrumentos que os outros Ministérios não têm, por exemplo, concessão de bolsas... eh... apoio a projetos, comitês de assessores **ad hoc**. Quer dizer, você não precisa montar uma estrutura de análise de projetos, avaliação e julgamento de mérito e concessão de incentivo, fomento ou bolsa... eh... pra estruturar uma agência completamente nova em cada Ministério. Então, o CNPq em geral, via convênios, já administra programas de outros Ministérios, utilizando a sua estrutura... eh... e sua experiência de cinqüenta anos, pra facilitar, na verdade, a execução de programas de Governo em outras áreas. Tem feito isso tradicionalmente com o Ministério da Saúde. Agora, há... há um ajuste mais, mais, estratégico de definir quais são as áreas prioritárias, tá em curso nesse momento. Acho que a própria oportunidade de ter definido esse grupo de trabalho, a partir do decreto do Presidente e o trabalho conjunto do Ministério da Saúde e do Ministério de Ciência e Tecnologia, tem progredido muito. O Ministro José Serra inclusive tem, pros próximos dias, programado uma apresentação sobre... eh... a agenda de pesquisa e desenvolvimento do Ministério da Saúde ao CCT, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que é presidido pelo Presidente da República, quer dizer

que é um instrumento de interação entre os Ministérios. Então, essa apresentação deve facilitar muito. E há um entendimento bastante rotineiro... eh... dos responsáveis pela área de pesquisa do Ministério da Saúde com as nossas agências, o CNPq e co.... Agora, o próprio Ministério da Saúde está reestruturando essa área de, de pesquisa internamente ao Ministério da Saúde. Isso também facilita muito a interação entre os dois órgãos, porque há uma interlocução mais fácil, identifica-se mais facilmente o interlocutor do Ministério da Saúde... eh... pra estabelecer esse diálogo. A área de pesquisa... eh... de pesquisa e desenvolvimento interno do Ministério da Saúde, ela tinha dei, deixado de existir, e o Ministro Serra recriou essa área recentemente, faz um ano e meio atrás. Eh... então, quer dizer, a existência de uma interlocução melhor, de uma estrutura interna do Ministério da Saúde, preocupada com isso, facilita esse tipo de diálogo. No que diz respeito à... à bioequivalência e testes de laboratórios, quero dizer o seguinte: nós acompanhamos a pesquisa que é financiada com recurso público. Ou seja, esses laboratórios, que eventualmente fabricam fitoterápicos... eh... de qualidade duvidosa, ou coisa... eles não são acompanhados, se não tiverem envolvidos recursos públicos nele. O Ministério não acompanha, acompanha os projetos no qual ele aporta recursos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Dr. Bráulio, nós sabemos que realmente a nossa flora é muito extensa, e realmente o senhor falou aqui muito bem, eu o parabenizo quando o senhor diz que o cunho de conhecimento tradicional tem de ser protegido, e realmente é uma realidade: ele não é protegido. Eu perguntaria: quais foram as mais relevantes conquistas do Ministério do Meio Ambiente nesses últimos tempos?

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - É difícil de responder, nós temos... eh... várias frentes de trabalho, né. Eu mencionei, mencionei a nossa ação na questão desse grupo interministerial pra homogeneizar o entendimento dentro do Governo na questão de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios. Então, foi criada essa comissão, nós temos trabalhado nisso. Foi criado um subgrupo de trabalho ligado ao GIPI, que é o Grupo Interministerial de Propriedade Industrial, sobre a questão de conhecimento tradicional, pra explorar melhor essa questão, que é bastante complicada, né? Mas aí a liderança é do INPI, que nós temos acompanhado. Essa iniciativa... eh... do PROBEM pra estimular a bioprospecção,

né, e de tentar o Governo fazer um papel aí de mediação, né, que é um papel complicado, não é, entre o detentor de conhecimento...

(Intervenção inaudível.)

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Essa é uma tarefa difícil, essa de mediação, não é? E acho que cabe ao Governo ocupar um espaço cada vez maior nisso daí, pra facilitar esse processo. Esse projeto é um projeto piloto, e obviamente... eh... eh... temos que aguardar o... o... os resultados aí nos próximos anos. Mas parece bastante promissor pela forma com que ele está organizado, na forma de uma rede de cooperação entre os melhores laboratórios de pesquisa do País. Uma dificuldade que nós temos é que onde nós temos a maior biodiversidade nós não temos capacidade científica instalada adequada. Quer dizer, a maior biodiversidade está na Amazônia e nós temos uma presença, em termos de ciência e tecnologia, modesta na, na, região, muito concentrada em Manaus e Belém, e o restante da Amazônia muito... muito a descoberto, não é? Só um exemplo... eh... existem estudos mostrando que... eh... mais de 50% de todo esforço de inventário da flora na Amazônia tá concentrado em Manaus e Belém.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Mais de 50%?

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Mais de 50%. E isso é muito pouco em relação ao tamanho da, da Amazônia. O esforço maior do Ministério, obviamente, é na área de conservação desse patrimônio. Essa que é a área... que é a missão principal do Ministério, e o esforço tem sido em... eh... ampliar os instrumentos em termos de legislação — Lei de Crimes Ambientais é um exemplo — e... eh... uma atuação em termos de criação de áreas protegidas, né, seja conservação mais restrita, parques, reservas, etc, seja, ah, em forma... eh... de reservas que prevêem o uso. Um uso sustentável, como reservas extrativistas, florestas nacionais, etc. Essa é uma área... eh..... eh... de grande demanda em que o, o aparato do Estado está aquém da demanda, né, quer dizer, o tamanho do território que nós temos que proteger e a capacidade do Estado de realmente responder a isso. Nós temos tentado responder a esse desafio, am, ampliando as cooperações com a sociedade, trabalhando do ONGs, trabalhando em parceria com os Estados, não é, pra que a gente possa dividir um pouco essa responsabilidade, pra assegurar o cumprimento melhor da, desse esforço de conservação. Uma preocupação grande que nós temos é que, infelizmente no passado, esse esforço de conservação foi, ficou desvinculado da parte de uso, não é? E não é nenhuma

surpresa, portanto, que... eh... a gente constate que há deficiências hoje no esforço de conservação, não há apoio de recursos financeiros, recursos humanos suficiente pra dar conta do tamanho dessa tarefa. E essa tarefa tem ficado muito concentrada só na responsabilidade do Poder Público, quando, na verdade, é uma responsabilidade que vai além do Poder Público, mas é também uma responsabilidade de todos os cidadãos, não é? Então, acho que o grande desafio que nós temos no momento, e é onde o Ministério tem trabalhado nesses últimos anos, é de tentar aproximar mais os esforços de conservação com uso. Porque, na medida em que a gente viabiliza um uso mais sustentável, assegurando a conservação do recurso... eh..... eh... biológico e genético, que é a sustentação desses usos, seja na área de fármaco seja na área de agricultura ou florestas, pesca e outros usos, nós esperamos que também os usuários assumam cada vez mais uma parte de responsabilidade por essa conservação, revertendo recursos também para ação de conservação ou retornando isso para órgãos públicos fazerem o seu papel ou então fazendo diretamente a ação de conservação. Então, esse trabalho, talvez o maior desafio no momento do Ministério, é de tentar costurar melhor justamente o que se chama de desenvolvimento sustentável, de costurar ações de conservação com o uso. Eu gostaria de chamar a atenção que uma área importante de conservação que tá também muito a descoberto é a chamada conservação **ex situ**, que são os bancos de germoplasma, né? Essa é uma área de importância estratégica pro País, porque freqüentemente é no banco de germoplasma que você disponibiliza melhor o recurso genético para pesquisa, para caracterização genética, e nós temos deficiências no País em termos de bancos de germoplasma. Hâ... o maior esforço nesse sentido é da EMBRAPA, coordenado pelo CENARGEN, que é o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia, sediado aqui em Brasília, que coordena uma rede nacional de bando de germoplasma, mais para a área agrícola, e é muito concentrado em recursos exóticos, recursos genéticos que vieram de outros continentes, e relativamente pobre em termos de trabalhar melhor na exploração dos recursos genéticos nativos aqui do País. Na área de saúde, esse... essa, essa demanda é ainda maior, existe uma carência ainda maior, principalmente na questão de microorganismos de interesse para a biotecnologia e para a área de saúde. Então, essa é uma área que exige cada vez mais atenção, e obviamente isso também extrapola a competência...

eh... eh... individual do Ministério do Meio Ambiente e há necessidade cada vez mais de articulação dentro do Governo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Uma última pergunta para o Dr. Bráulio. Dr. Bráulio, afinal de contas, a gente ouve muito que existe muita pirataria na nossa flora. O Ministério confirmaria que essa pirataria é extensa ou se existe ou não existe. Qual a verdade real, nesse aspecto de pirataria de nossos microorganismos e de nossa própria flora?

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - É, a resposta a essa pergunta não é fácil, porque caracterizar a... a... do ponto de vista criminal, né, tendo em vista a situação atual da legislação, como eu expliquei anteriormente, dificulta isso. Então, o que muita gente percebe e acha que é biopirataria, na verdade, é perfeitamente legal. Quer dizer, está-se cumprindo a legislação atual, mas não está havendo repartição de benefícios, porque a lei atual não prevê isso, não é? Hã... existe outras situações, eh... eh..., por exemplo, que se entende biopirataria, quando material brasileiro é transferido para o setor privado, e freqüentemente no exterior, mas isso é feito freqüentemente no âmbito da pesquisa básica e onde não se previa eventualmente esse uso aplicado. E, aí, mais pra frente na... na, no processo de pesquisa, é que esses usos são caracterizados e que se dá então o patenteamento. Mas aí já se perdeu a conexão e já é tarde pra tentar fazer as amarrações. Então, é preciso, cada vez mais, ter... eh... eh... um acesso controlado no momento. Quer dizer, o que estamos recomendando, no momento, é que as transferências que normalmente se faz dentro da área de pesquisa, sem querer prejudicar a área de pesquisa, nós não podemos criar uma burocracia aí que vai inviabilizar a atividade de pesquisa, mas exigir que qualquer transferência de material, antes, seja antecedido pela assinatura do que a gente chama de um termo de transferência de material. Não é um contrato ainda, é um simples termo já, é uma única folha, em que aquele que está recebendo assume certos compromissos, que o uso daquele é só pra pesquisa básica, ele não vai transferir pra terceiros, ele não vai patentar, etc., etc. E que o uso é só aquele especificado e que se for fazer qualquer outra coisa fora daqueles termos, ele terá que consultar novamente o fornecedor daquele material e negociar, aí, sim, um contrato de repartição de benefícios. Então, é isso que está se fazendo no momento. Por exemplo, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que é o maior centro de pesquisa botânica no Brasil, ligado diretamente ao Ministério do Meio Ambiente, então o Jardim Botânico... eh... trabalha dessa forma

com seus parceiros... eh... a nível nacional e internacional. E isso é o que se faz com vários outros grupos. Hâ... possivelmente, há grupos de pesquisa no País, principalmente universidades que não estão ainda a... a... adotando essa prática, né? Porque a pesquisa na universidade é uma pesquisa muito individual, né? Eh... eh... o que nós temos melhor controle é aonde essa pesquisa se faz de forma de demanda induzida e institucionalizada. Então, são os centros de pesquisa... eh... que o Governo mantém ou que ele financia diretamente, né? Então, evidentemente, que há situações, sim, que se poderia caracterizar como biopirataria no senso comum, porque está saindo material genético do País sem que haja repartição de benefício, mas isso não quer dizer necessariamente que esteja, esteja sendo infringida alguma legislação, não é? Hâ... então, infelizmente, nós temos essa situação complicada hoje de caracterizar biopirataria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Obrigado, doutor. Aos dois, né, muito grato pelos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Antes de dar a palavra ao próximo orador, que é o Deputado... interpelando o Deputado Márcio, queria prestar um esclarecimento: há uma coluna de hoje que me acusa de amizade... Então, eu queria dizer ontem, quando nós... prestar o seguinte esclarecimento: quando nós votamos ontem a convocação das... eh... das... eh.... a quebra de sigilos das distribuidoras, nós havíamos nos fixado numa. Depois, houve proposta de duas, de três e de dez. Fixei em duas, porque havia... a Assessoria tinha recomendado duas. Quando se fixou em três, e se disse as três maiores, "a", "b", "c", eu disse que as três maiores não eram "a", "b", "c", mas era uma outra. E eu tenho aqui quais são as maiores. Então, as maiores seriam, pela ordem: Panarello, Santa Cruz, ITA, Dimed e Profarma. Então, quando propus, eu aceitei a proposta de dois, ou quando eu rejeitei a proposta de três, eu não estava protegendo aquela empresa que se dizia que eu estava protegendo, porque não era a Dimed a terceira e, sim, a ITA, que era a terceira em tamanho, e tão aqui os dados. De forma que eu posso ser traído pela amizade, mas não houve nenhuma intenção de proteger. Quando o Relator passou de duas pra cinco, eu aderi a proposta do Relator, de cinco. Todo mundo é testemunha. De forma que eu acho que houve um equívoco de informação. Só isso. Prestados esses esclarecimentos, embora eu, muitas vezes, me deixe, como qualquer um, trair pela amizade. Mas

não se trata nem de amizade nem nada aí. E se fosse traído por amizade... eu, no começo, resisti a tanta coisa. Tem a palavra o nobre Deputado Márcio Matos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, nossos convidados, realmente, com relação aos medicamentos, nós evoluímos desde o extrativismo puro e simples até o conhecimento da molécula e a síntese química. E hoje nós estamos evoluindo para o campo genético, modificação genética, e que isso envolve um investimento em termos de recursos humanos, tecnologia, investimentos em dinheiro cada vez maiores. E vai exigir do Estado um aprimoramento e uma política de investimento em pesquisa e tecnologia... eh... muito mais determinada, porque se não nós vamos aumentar em muito o fosso que já nos separa... eh... dos países mais desenvolvidos. Nós temos algumas coisas díspares neste País. Nós temos uma megadiversidade e, na verdade, nós temos um miniaproveitamento. A partir do momento em que nós não conhecemos as espécies no macro, como está até descobrindo-se novas espécies de macacos, quanto mais quando a gente ir para o micro. E hoje, com o conhecimento do genoma humano, fatalmente, nós vamos ter que partir para o conhecimento do genoma de toda essa biodiversidade. Quer dizer, são pesquisas pra milhares de anos e um campo aí de incentivo a uma juventude futura — gostaria eu de ter 10 anos hoje. E depois do que foi exposto aqui, da necessidade de todos esses investimentos, da necessidade de até ter uma regulamentação legal de tudo isso, e de uma coisa tão dinâmica, porque os conceitos mudam de uma rapidez violenta. E... e também que geralmente os Estados, principalmente os Estados subdesenvolvidos, talvez não estejam capacitados até de acompanhar em termos de legislação e se proteger, por causa dessa evolução enorme no campo dessa pesquisa. Mas uma coisa que me preocupa, além de tudo isso que foi colocado, que eu acho que essa audiência nos esclareceu, e muito, eu acho que nós temos uma pesquisa futura de extrema importância, a de saber o que que nós vamos fazer com o novo lixo que nós estamos produzindo. Quer dizer, o que que nós vamos fazer com aqueles resíduos químicos novos que nós estamos produzindo? Quer dizer, isso tem uma ligação muito grande com o meio ambiente, a pes..., com o meio ambiente, com a saúde. Então, eu gostaria de ouvir alguma coisa dos senhores nesse campo, o que é que o Governo está pensando, o que que os Ministérios tão pensando no sentido da pesquisa de solução desses produtos. E outra coisa também que me preocupa é com relação à perda de material genético.

Quer dizer, quantos, quantas espécimes selvagens nós já perdemos? Existe alguma preocupação no sentido de se ter um armaz... um armazenamento de sementes desses produtos, por exemplo, no caso do, do milho selvagem, que eu acho que isso... eh... Determinadas sementes dessas pode não ter hoje um, uma rentabilidade, não pode ser, comercialmente falando, não pode ser, não pode, pode ser não-interessante, mas, seguramente, esse, essa, esse material nós temos que proteger, que isso não vai nos ajudar lá na frente. E o nosso País, com todo esse, esse potencial que tem... existe um potencial humano que tá sendo formado, mas eu acho que o que está faltando mesmo é uma visão política definida tanto... definida no sentido da conquista do domínio da tecnologia — não falo só no campo do medicamento — como um todo, que isto é a única forma de fazer com que um país fuja da colo, colonização moderna. Então, eu queria ouvir dos senhores alguma coisa nesse campo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra V.Exa., Dr. Bráulio.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Obrigado. Só chamo a atenção para a questão da perda da biodiversidade. Sem dúvida nenhuma, estamos perdendo biodiversidade. Quanto que nós estamos perdendo? Qual é a velocidade dessa perda? Infelizmente, não temos essa resposta. Sabemos que perdemos por conversão pra outros usos mais de 90% da área original da Mata Atlântica. Já convertemos uma área significativa, talvez da ordem de 40% a 50%, pelo menos, nas áreas de cerrado e caatinga, e, na Amazônia, 15%. Agora, quanto que isso significou de perda de espécies de variedades genéticas? Infelizmente não temos essa informação. Essa é uma das grandes lacunas de pesquisa que nós temos no País, de pesquisa e monitoramento, não é? Certamente é uma perda significativa, porque um país... o que caracteriza a biodiversidade nos países tropicais é a grande... eh... variação dessa biodiversidade ao longo do espaço geograficamente. Quer dizer, se nas regiões temperadas, os ecossistemas são muito homogêneos e se repetem de lugar para lugar. Então, preservou-se uma amostra... Por exemplo, você vai lá na Sibéria, as florestas de taiga na Sibéria preservou algumas poucas amostras de floresta de taiga, tá preservada toda a biodiversidade da Sibéria. Podemos nos dar ao luxo de substituir aquela floresta por outros usos. Em florestas, em outros ecossistemas tropicais o mesmo não se dá. Cada bacia hidrográfica, cada morro, cada... eh..... eh... localidade tem particularidades. Existem os

chamados endemismos, não é? Então, nesse... o conceito tradicional de conservação que a gente herdou muito do modelo americano etc., em criar algumas unidades de conservação representativas, não é um modelo que vai resolver o nosso problema de conservação da biodiversidade. Isso é um dos instrumentos, mas não podemos depender apenas dele. O senhor chamou a atenção da questão de bancos de germoplasmas. Certamente, é um dos instrumentos importantes. E, como chamei atenção, a maioria dos nossos bancos germoplasma contém material exótico e não material nativo brasileiro. Então, essa é uma área de grande carência. Há necessidade de se ampliar esse esforço de... eh... estabelecer esses bancos. A questão que o senhor chamou a atenção do, do lixo, dos resíduos, essa é uma das áreas que a biotecnologia pode ser uma das grandes respostas. Nós sabemos que existem microorganismos capazes de digerir, de decompor quase qualquer material, não é? Então, existem toda uma área moderna de pesquisa chamada biorremediação. Quer dizer... eh... é a identificação de bactérias e outros organismos especializados na decomposição de produtos de resíduos, de resíduos sólidos, resíduos químicos de indústria etc. Quer dizer, esse é todo um campo novo de pesquisa. Hâ... o Brasil poderia ocupar um espaço importante nessa área de novo, porque nós somos fontes de uma grande biodiversidade, não é? Só a título de exemplo, nos países temperados — Europa e Estados Unidos — quase não há mais... eh... solo virgem, solo que não foi agricultado. Então, a biodiversidade desse solo já foi grandemente alterada. Aqui no Brasil, ainda temos grandes áreas de solos... eh... não-agricultados e, portanto, com uma grande reserva de patrimônio genético a ser pesquisado, a ser explorado o seu potencial uso. Os nossos mares... eh... os organismos aquáticos costeiros têm um grande potencial. Agora, o nosso investimento nessa área é bastante modesto. Quer dizer, se a gente quiser, de novo, ocupar esse espaço... Eu cito um exemplo... Por exemplo, o Japão desenvolveu nesses últimos dez anos vários laboratórios especializados em bioprospecção. Por exemplo, só um deles, que é bioprospecção marinha, é um investimento da ordem de 20 milhões de dólares/ano, só um laboratório, e é uma parceria: Governo e empresas. Metade do investimento é do Governo, metade é das empresas privadas. Então, eles acertaram as regras de jogo de saída e... eh... trabalham em parceria para dividir os custos nessa pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Tem a palavra o Deputado Magela. (*Pausa.*). Ausente S.Exa., tem a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores convidados, eh... o Ministério da Saúde, em 1998, publicou a Portaria nº 3.916, que trata da política dos medicamentos. E essa portaria, em determinado item, fala da ação interministerial no âmbito do Governo Federal pra implementar essa política nacional de medicamentos da melhor forma. E dentro dessa concepção, dessa ação interministerial, nós temos o item que cita claramente a necessidade de um maior intercâmbio entre o Ministério da Saúde e diversos outros Ministérios. E, dentre esses outros Ministérios, ele cita... está claramente citado o Ministério de Ciência e Tecnologia. Eu penso que o senhor representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, Dr. Carlos Pacheco, falou um pouco a respeito dos avanços que houve a partir do ano passado, salvo engano, no que diz respeito ao relacionamento do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério da Saúde. Eu... eu lhe perguntaria: há uma orientação por parte do Ministério de Ciência e Tecnologia em fazer com esse intercâmbio... eh... com o Ministério da Saúde, buscando a aplicação da política de medicamentos, que envolve não só o acesso da população ao medicamente, mas envolve a pesquisa, a ciência e a tecnologia, se há essa disposição clara do Ministério de Ciência e Tecnologia em contribuir, em atuar junto ao Ministério da Saúde pra colocar em prática essa política nacional de medicamentos. E, junto a isso, eu pergunto do senhor... eh... Dr. Carlos, se o senhor teria condições de dizer, entre os recursos alocados através do Ministério de Ciência e Tecnologia para pesquisa, para o desenvolvimento, qual o percentual utilizado em pesquisas na área de saúde e particularmente de medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Carlos Américo Pacheco.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - É evidente que há uma... um interesse grande, na verdade, nessa relação. Tanto que o... o próprio convite ao Ministro Serra de fazer a exposição para o CCT sobre a... a... as questões de ciência e tecnologia afeitas ao Ministério da Saúde... eh... são extremamente importantes. O Ministério de Ciência e Tecnologia não tem um objetivo intrínseco dele. Ele é como o Ministério do Meio Ambiente, na verdade, áreas que são meio.

Eh... no Governo, sobretudo o Ministério do Meio Ambiente e o de Ciência e Tecnologia são aqueles que são mais horizontais do ponto de vista da sua atuação. Então... eh... nós temos, o Ministério (*ininteligível*) tem estimulado muito, na verdade, esse tipo de inter-relação. E temos usado, pra tanto, o CCT, que é o Conselho Nacional de Política Científico-Tecnológica, porque, na verdade, ele é um instrumento mais apropriado de fazer articulação no conjunto da política científica. E temos feito isso não só com o Ministério da Saúde, um com o outro. O Ministro Pratini acabou de fazer, há um mês atrás, esse, essa... essa exposição sobre a agenda com todo o primeiro escalão — EMBRAPA e Secretários —; o Ministério da Defesa tá programado pros próximos dias; o Ministro Serra também tá programado pros próximos dias, no sentido de que, evidentemente, a ação do Ministério de Ciência e Tecnologia só tem sentido quando tá articulada com outros Ministérios setoriais. Os próprios fundos setoriais que o Presidente da República anunciou, eles são um modelo de co-gestão de recurso, em que o recurso não é gerido exclusivamente pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, mas têm assento na gestão, as agências reguladoras e os Ministérios setoriais também, como forma de gestão. Inclusive... eh... no nosso entendimento, não há mecanismo mais... eh... fácil, mais efetivo do ponto de vista da articulação de que realizar, na verdade, a gestão de um volume de recursos específicos pro setor em forma conjunta, porque isso traz tanto os instrumentos que o Ministério da Ciência e Tecnologia dispõe, como traz para a mesma mesa na gestão de recursos.... É muito melhor do que simplesmente ter uma comissão de trabalho conjunto é ter um comitê gestor de recursos efetivos, porque aí o instrumento do recurso cria a obrigação de você formular uma política conjunta pro setor. Então, na forma de organização nova do Ministério, com esses fundos setoriais, em todos eles, nós temos trabalhado na idéia de que são... eh... comitês gestores compartilhados em que tenham assento as Agências Reguladoras vinculadas ao Ministério, o Ministério setorial, o Ministério da Ciência e Tecnologia e as Agências do Ministério de Ciência e Tecnologia. Então, eu acho que o interesse, evidentemente, é... é grande do Ministério de Ciência e Tecnologia em que isso aconteça dessa forma. Aqui, nós temos o seguinte: o Ministério de Ciência e Tecnologia apóia, tanto via FINEP, quanto via CNPq, um conjunto de projetos... eh... extensos. Eu tinha dito que 25% do orçamento do CNPq é destinado pro setor saúde. Eu não saberia dizer desses 25%... A saúde aqui pega tanto biomédicas, como pega... eh... outros se,

segmentos do setor saúde. Isso eu tinha dito, em qualquer lugar do mundo é mais ou menos essa ordem de grandeza.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas caberia, Dr. Carlos, o... o Ministério (*ininteligível*).

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - Medicamentos específicos é que eu não sei separar. Dentro disso...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas teria condições de fazer essa separação, dentro desses 25%?

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - Sim, isso é possível, é possível. É possível... Quer dizer, nós temos vários tipos de projetos... eh... de outra natureza, não exatamente no CNPq, mas no PBDCT ou na FINEP, no FNDCT, de suporte à área médica, mais aí... eh..... eh... área de medicamentos, vamos dizer. É certo dizer... Os instrumentos de suporte à indústria de medicamentos estão mais no âmbito do PBDCT, que é um programa do Ministério... eh... como do FNDCT na FINEP, quer dizer, suporte à pesquisa na área de medicamentos explícita tá aí. O CNPq dá suporte mais à formação de recursos humanos e pesquisa nas universidades. Parte das pesquisas de medicamentos acopladas com laboratórios nacionais é feita nas universidades com suporte desse tipo também. É possível tabular e... eh... rearrumar esses...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E enviar esses dados pra CPI?

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - Seria, sem problema nenhum.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor falou sobre esses fundos setoriais. Eu não tive oportunidade de ver a sua explanação inicial, mas colocou de forma clara... eh... a necessidade da criação desses fundos setoriais, que os recursos devem ser dirigidos de acordo com as necessidades do País. Isso é uma idéia do Governo ou já existe algo prático?

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - É, existe... Está funcionando... Começou a funcionar em outubro do ano passado... eh... A regulamentação é de fim de 98, ele foi colocado em funcionamento em 99. E... eh... começou a funcionar no ano passado e tá funcionando, a partir desse ano, de forma plena o CTPETRO, o Fundo de Pesquisa de Petróleo e Gás, em cima de **royalties** no setor petróleo. E, a partir do exemplo do... do CTPETRO, o Ministro Sardenberg e o Ministro Paulo Renato... eh... no começo desse ano levaram ao Sr. Presidente da República a

idéia de criar um conjunto de fundos pra vários setores. A razão básica da criação é criar uma... um suporte adicional de recursos pra área de pesquisa muito mais abrangente do que atualmente existente. Apenas os fundos que o Presidente anunciou no dia 3 e encaminhou ao Congresso pra apreciação do Congresso, sob a forma de projeto de lei, os seis fundos que foram encaminhados significam 1 bilhão de reais adicionais ao Orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia. Esse volume de... esse, esses recursos, esses fundos setoriais, a razão da existência deles — e por isso que eu insisti muito no depoimento sobre a saúde em tocar nesse aspecto —, a razão da existência dele é que um diagnóstico que nós temos e que levamos ao Presidente da República de por que criá-los é que um grande problema nosso na área de pesquisa... eh... não se refere só, exclusivamente, ao volume de recursos, se refere a dois outros problemas que são parecidos, que são... acontecem ao mesmo tempo. O primeiro é a instabilidade de recursos, e o segundo se refere ao mecanismo de gestão desses recursos. Então, quer dizer, nós levamos a proposta de criar fundos desse tipo. E do petróleo já tá funcionando a partir desse ano. Ele tem um comitê gestor, que tem a Agência Nacional do Petróleo, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério de Ciência e Tecnologia, CNPq e FINEP, dois representantes do setor privado, que é um representante do Instituto Brasileiro do Petróleo e um da ABDIB, e dois representantes da comunidade científica. Então, ele... ele... se estabelece a política de alocação de recursos do comitê... do setor petróleo e gás. Eh... a idéia toda é que é o seguinte: que fosse uma receita vinculada exclusivamente pra pesquisa e desenvolvimento e que fosse um fundo não... que não operasse com o orçamento anualizado, ele pudesse fazer uma programação de médio prazo, de modo a tentar fazer com que não houvesse a instabilidade crônica de recursos, que caracterizam os últimos vinte anos da pesquisa científica e tecnológica do País. O problema maior é que você... O País tem feito até um esforço grande nessa área. Às vezes cresce mais do que o dispêndio dos países desenvolvidos, só que, como cresce de maneira instável, você monta e desmonta equipes e não tem um esforço continuado e permanente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor desculpa eu lhe interromper, mas se eu tô bem... se eu estou entendendo, esses seis fundos, eles contariam, além dos recursos... eh... dirigidos pra isso... Aí tem o fundo de petróleo,

o de pesquisa, o fundo de telecomunicações, de informática. Eles também receberiam recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia, ou não?

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - Não, não. Todos são recursos adicionais ao recurso que o Ministério já aloca. Todos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E o da saúde , especificamente, como funcionaria?

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - O da saúde é... O Presidente, no dia 3, criou um grupo de trabalho... Eh... além dos fundos que foram anunciados, foram anunciados três grupos de trabalho, por decretos do Presidente da República. Um no setor aeronáutico, envolvendo o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Defesa, um no setor de agronegócio, com o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Agricultura, e um no setor de saúde. Eh... eh... Logo em seguida da, da publicação do decreto, nós realizamos uma reunião no Ministério... eh... da Ciência e Tecnologia, com a presença dos dois Secretários-Executivos dos dois Ministérios, os Secretários correspondentes das áreas, as duas responsáveis por pesquisa. Estabelecemos a divisão de três objetos de trabalho: um era o modelo de gestão, o outro é a origem de recursos, e outro era a agenda de prioridades de pesquisa. E... então... eh... E devemos... O decreto estabelece um prazo de 90 dias pra levar uma proposta concreta ao Presidente da República. No próprio anúncio das medidas... Quer dizer, nós não, não tivemos condições de no dia... naquele momento, em abril, dia 3 de abril, tá formatado de forma definitiva a proposta pra saúde. Nos dois casos, saúde e agronegócio, a proposta é muito mais complexa do que nos casos anteriores.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas os recursos viriam da onde para...?

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - O que nós estamos discutindo nesse momento, quer dizer, alternativas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu sei.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - Nós temos uma série de alternativas de como tirar... A idéia é que seja uma receita vinculada, própria... eh... do setor. Aí... aí... Várias possibilidades que a gente tá em trabalho. A gente já havia discutido várias possibilidades, e eu, como sugestão... Quer dizer... Uma das coisas que nós estamos discutindo é, é a possibilidade de uma contribuição, de

intervenção do meio econômico, tal como tá... Mas essa é uma das possibilidades, como tá dito nesse texto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu lhe agradeço pela resposta e perguntaria dos dois representantes do Ministério, Dr. Bráulio e Dr. Carlos, se os senhores têm conhecimento do... da, da construção e instalação de um centro de biotecnologia no Estado do Amazonas, que está sendo construído com recursos federais... eh... oriundos do Ministério do Desenvolvimento, através da SUFRAMA. E perguntar dos senhores a participação, qual é a participação, no caso, do Ministério de Meio Ambiente e do Ministério de Ciência e Tecnologia, a participação efetiva desses órgãos, desses Ministérios diretamente ou através dos institutos, no caso, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, que é diretamente ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, nesse centro de biotecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tempo esgotado, Deputada. Peço que conclua.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, deixa eu concluir, porque daí eles só fazem as respostas, Sr. Presidente, se V.Exa. me per, me permite as outras... E, em relação à pergunta feita sobre o centro de biotecnologia do Amazonas, porque o que nós temos conhecimento é que é uma organização social. Não são as instituições públicas que participam e, sim, uma organização social, apesar dos recursos alocados, que estão sendo alocados serem recursos públicos federais. E um último questionamento... eh... diz respeito ao debate aqui travado em relação à repartição dos benefícios oriundos da, da biodiversidade do País, da pesquisa em torno dessa biodiversidade. Nós tivemos conosco, no último dia 18, o Presidente da empresa Glaxo Wellcome, aqui na CPI, que nos distribuiu um projeto, um material falando da empresa. E nesse material fala de um Projeto EXTRACTA, que, segundo eles, seria o primeiro projeto de pesquisa entre uma empresa multinacional e uma companhia local de biotecnologia, após a aprovação da Lei de Patentes, e que seria um dos maiores acordos em pesquisa de produtos naturais. E, segundo o documento da própria empresa Glaxo Wellcome — estou concluindo, Sr. Presidente —, eles dizem que inicialmente tem 27 cientistas trabalhando dentro da empresa EXTRACTA, da companhia EXTRACTA, e 73 pesquisadores em universidades. Questionado que foi sobre isso, ele... ele confirmou que muitos desses pesquisadores de universidades e de institutos de

pesquisa — inclusive citou o Museu Goeldi, localizado no Estado do Pará — têm contratos, não sei se diretamente ou individualmente, com a companhia EXTRACTA e que várias dessas pesquisas já vinham sendo desenvolvidas pelas universidades e pelos institutos de pesquisa. Ou seja, se os senhores têm conhecimento desses convênios, tanto com as instituições ou individuais, e... e nos explicar. E eu gostaria de aproveitar o momento e pedir, além das respostas dos senhores agora, que os senhores nos mandassem informações detalhadas sobre os convênios existentes entre a EXTRACTA e os seus Ministérios, os Ministérios que os senhores respondem... eh... aqui, aqui representam, pra que enviem explicações mais detalhadas pra esta CPI. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Carlos Américo Pacheco. Só pediria, pelo adiantado da hora, se pudesse sintetizar um pouco.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - O Centro de Biologia da... Eu acho que o Bráulio vai responder melhor, porque, como ele havia exposto aí, o Centro de Biologia da Amazônia faz parte do projeto do PROBEM, ele é uma das coisas, ele envolve vários Ministérios, dá suporte pro Ministério do Desenvolvimento via SUFRAMA, SUDAM, Ministério da Integração, via SUDAM, Ministério do Meio Ambiente, e... e a BIOAMAZÔNIA é uma organização social cujo Ministério... eh... ao qual está subordinada é o Ministério do Meio Ambiente, quer dizer, tem um contrato de gestão e pode entrar em detalhes sobre isso. Evidentemente que o Ministério acompanha isso, e... e é de extremo interesse pro Ministério de Ciência e Tecnologia o acompanhamento do conjunto do PROBEM quer dizer... eh... O PROBEM é um programa do Ministério do Meio Ambiente, mas é... mas é de interesse grande do Ministério de Ciência e Tecnologia. O... o Ministério de Ciência e Tecnologia tem um assento no comitê de... no Conselho de Administração da BIOAMAZÔNIA. A forma de acompanhamento que nós temos da, do que a BIOAMAZÔNIA faz é mais por um assento no Conselho de Administração. Mas o... o PROBEM tem uma comissão de implantação do PROBEM a ser definida pelo Ministério do Meio Ambiente e... eh.. nos entendimentos entre o Ministro José Sarney Filho e o Ministro Sardenberg, é nosso interesse... de fazer... O Ministério da Ciência e Tecnologia quer fazer parte do comitê de implantação do PROBEM no sentido de que esteja presente, até contribuindo pra execução de um projeto que é bastante importante. No... no caso específico do projeto... eh... é evidente que o

Ministério acompanha o... o, as iniciativas da Glaxo... eh... junto com a EXTRACTA e a relação da EXTRACTA com... sobretudo no que diz respeito aos institutos do Ministério, o Museu Goeldi. Eh... quer dizer, a situação aqui se reporta um pouco ao que, ao que o Dr. Bráulio já falou, quer dizer, a grande questão que tá aqui são projetos de pesquisa que são perfeitamente... eh... legais e legítimos e bastante positivos que existam. A questão que tá colocada aqui é que, na ausência de uma regularização sobre titularidade, tá certo, há uma dificuldade de... de, de estabelecer a apropriação dos benefícios econômicos da... da, da prospecção de biodiversidade. Isso se aplica tanto à BIOAMAZÔNIA como se aplica pro... pra questão da EXTRACTA, quer dizer, os dois Ministérios, tanto o Ministério da Ciência e Tecnologia como o Ministério do Meio Ambiente têm clareza sobre isso, quer dizer, pra que nós possamos definir melhor o aproveitamento, os benefícios do aproveitamento econômico da biodiversidade, nós vamos ter que estabelecer, na verdade... eh... a titularidade. Os Ministérios podem acompanhar e examinar a natureza da pesquisa que tá sendo feita? Podem, e acompanham, tá certo? Esse não é o problema. Via tanto contrato de gestão, no caso da BIOAMAZÔNIA com o Ministério do Meio Ambiente, como diretamente no caso do Museu Goeldi, no Ministério da Ciência e Tecnologia. A questão do aproveitamento passa por uma outra coisa: a definição da titularidade. O Ministério fez, desde a... da, da... do momento em que foi publicada a Lei de Propriedade Intelectual, um conjunto de portarias internas que estabelecem os procedimentos das instituições do Ministério no que diz respeito a... eh... compartilhamento de direitos patenteários, a pesquisa de ciência feita no âmbito do Ministério. Então, com isso está regulamentada a forma como o Ministério, os institutos do Ministério e os pesquisadores do Ministério devem se comportar com relação a... a... aos direitos de propriedade, às receitas a... advindas da exploração de patentes de pesquisas envolvidas no âmbito do Ministério. Tá tudo regulamentado, é uma regulamentação nova, que não tem menos de um ano, mas ela tá... eh... ela existe. O que acontece é uma coisa de natureza diferente, quer dizer, nós estamos falando de titularidade e de uma coisa, nós não estamos falando exatamente de patentes, tá? Eh... eu acho que era basicamente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o Dr. Bráulio Ferreira de Souza.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA - Obrigado. É, eu acho que, em linhas gerais, já foram colocados quando na minha apresentação eu, eu mencionei o Centro de Biotecnologia do Amazonas. É uma iniciativa no âmbito do PROBEM, que é um programa do Governo, liderado pelo Ministério do Meio Ambiente, mas com participação de outros órgãos do Governo, não é? A... a origem deste projeto veio de uma demanda do setor acadêmico brasileiro e, particularmente, da própria Amazônia, quer dizer, veio de equipes de pesquisadores em bioprospecção, lá no Amazonas, chamando a atenção da dificuldade de eles avançarem nesta área... eh... e da necessidade de estabelecer um melhor apoio pra essa atividade de bioprospecção na região. Hâ... o Centro de Biotecnologia, ele é parte de um, de um conjunto de iniciativas pra ajudar a apoiar isso. Eu mencionei que um... eh... um papel-chave é a questão da rede de laboratórios cooperantes, ao nível de Brasil, né, temos mais de setenta laboratórios interessados em fazer parte ativa desta rede, o centro lá em Manaus vai funcionar como uma grande base de apoio a toda esta rede, né, facilitando a, a extração de diferentes tipos de produtos com potencial uso pra envio aos laboratórios pra, pra análise, fazer, estabelecer coleções de referência, etc., né? Faz parte também da estratégia desenvolver modelos de contratos com diferentes tipos de fornecedores, comunidade indígena, comunidade local não-indígena, unidades de conservação, né, enfim, toda uma diversidade de situações. Hâ... a fundação, a BIOAMAZÔNIA é uma organização social; ela... eh... tem um contrato de gestão com o Ministério do Meio Ambiente pra ajudar a ge, a gestão do, do programa, mas o programa... não é por isso que o programa deixou de ser um programa do Governo. O programa continua sendo do Governo, a... a... as decisões e a gestão do programa é do Governo, e a BIOAMAZÔNIA é mais um instrumento que foi criado. Existe uma ou... um outro instrumento que está sendo desenvolvido, que é o estabelecimento de um fundo pra facilitar a captação de... eh... recursos privados pra investir em bioprospecção, né, pra juntar com os recursos públicos. Então, essa é uma outra iniciativa, isso aí o Banco Axial, em São Paulo, que está liderando essa iniciativa. Hâ... nós vamos mandar aqui cópia do contrato de gestão e os documentos que nós temos sobre a... eh... a BIOAMAZÔNIA, o PROBEM. Com relação à EXTRACTA, nós temos... eh... acompanhado, não existe nenhum convênio da EXTRACTA com o Governo, o que existe de nosso conhecimento é um convênio da EXTRACTA com a Fundação... eh... de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará. Então, eles têm essa

parceria com a Universidade Federal do Pará, e a idéia é expandir isso pra fazer contratos com... eh..... eh... laboratórios e fornecedores nessa área de bioprospecção. A... a única informação mais... o relacionamento maior que tem... que a EXTRACTA tem conosco é que eles solicitaram um apoio para algumas atividades ao FUNBIO, que é o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, que é um fundo privado que foi criado, estimulado pelo Ministério do Meio Ambiente pra ajudar a apoiar iniciativas de conservação e uso sustentado da biodiversidade. E, em resposta a um dos editais públicos que foi feito, apareceram algumas propostas que envolviam ações de bioprospecção. A decisão do Conselho do... do, do FUNBIO, por aconselhamento nosso, foi que só entrar nessa área de apoio a projetos de bioprospecção... eh..... eh... acompanhando a regulamentação nessa área. Eh... na... Enquanto não existe a nova legislação, o que nós propusemos, pra defender os interesses aí nessa área, nós propusemos o estabelecimento de códigos de condutas. Então, o FUNBIO já estabeleceu um código de conduta para a bioprospecção, procurando... eh... assegurar a repartição de benefício para os fornecedores do recurso genético e de conhecimentos tradicionais, quando for o caso. Então, esse código está funcionando. Eventualmente, qualquer... eh..... eh... projeto apoiado pelo FUNBIO, que envolva a bioprospecção, esse código de conduta terá que ser vinculado ao contrato pra se exigir... eh..... eh... essa repartição benefício. E lógico que se chama a atenção de que isso não desobriga... eh... as instituições de obter todas as licenças previstas em lei, dependendo do tipo de material que for objeto de acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado. Eu queria registrar a presença aqui do Deputado Lício Mauro da Silveira, que é Deputado Estadual por Santa Catarina, Primeiro-Secretário da Mesa, que vem tomar conhecimentos e informações pro trabalho que eles estão realizando naquela Assembléia. Nós registramos a presença, com muito prazer. Queria dar uma informação: ah... o projeto de emenda constitucional encaminhado pelo Executivo. Já foi constituída essa Comissão de exame da emenda foi constituída ontem, só não houve **quorum** pra avançar. Mas isso significa que já tem prazo pra emitir parecer e ir ao Plenário, entendeu? Porque trata do patrimônio genético#. . De forma que é uma coisa importante, todos os Parlamentares já indicaram. Tem a palavra o nobre Deputado Sérgio Novais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados e ilustres convidados, queria me deter somente ao Dr. Carlos Américo Pacheco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - em função do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu vou fazer rapidamente aqui uma... eh, há uma tendência, Dr. Carlos, que a CPI conseguiu detectar, assim claramente, primeiro de que as multinacionais chegam aqui, em função do grande mercado brasileiro, setenta, oitenta, noventa milhões de brasileiros que consomem das multinacionais, chega aqui para reprodução somente... as plantas que tão colocada aqui somente para produzir os medicamentos. Essa tendência foi, eh, claramente detectada, e produzir cartelizado. Mais grave ainda, não é, foi V.Sa. sabe que foi a CPI... um dos motivos da CPI foi exatamente uma reunião do cartel que aconteceu em São Paulo. E a outra tendência, que aconteceu mais recentemente, é a tendência do... com essa dita globalização, a quebra, a quebra das barreiras, a tendência de importação violenta de medicamentos pelo Brasil. Nós saímos dum patamar de cem, 150 milhões para um patamar de mais de 1 bilhão que é esse que nós estamos vivendo nesse momento. Então são duas tendências assim muito claras. Então se... se nós não temos, né, no... e aí a passagem que a CPI fez pelas universidades e pela a FIOCRUZ foi também detectado claramente que não só uma estabilidade, como V.Sa. coloca, mas uma carência de recurso pela demanda que existe, os desafios que existem para esse Brasil, com tantas, né, como o texto muito bem colocado, o texto aqui de V.Sa., que mostra a diversidade desse País. Nós tamo vivendo com problemas de ponta e vivendo, ao mesmo tempo, com dengue, cólera e coisas do gênero. Portanto dentro da universidade e da FIOCRUZ foi detectada essa carência de... de recursos para a pesquisa e desenvolvimento. Então, eu acho que é importante, Dr. Carlos, se a gente sair daqui, pelo menos com um patamar, né, e se esse patamar não pode ser um patamar eh... né, aleatório, tem que ser um patamar referenciado em países como o nosso, e aí era bom que V.Exa. colocasse, desse um diagnóstico breve da América Latina como é que tá, descendo de Cuba até a Argentina, e também de países de outros continentes, qual o patamar que nós teríamos, porque estamos já num processo de encaminhamento aqui do relatório final dessa CPI, qual o patamar que esse Ministério-meio, mas que

é um Ministério por ser meio, estratégico — não? — para que o País aponte para questões futuras, qual o patamar de investimentos que nós teríamos que ter para esse fundo que está se criando. Não é, então, essa... essa é uma questão. E, então basicamente seria isso, não é. Eu queria só conhecer, eu queria que rapidamente colocasse essas referências internacionais, porque nunca se pode falar do Brasil que tá investindo duzentos milhões, para uma população de 160 milhões, ou seja, investimento de um real por... por pessoa, né, investimento... investimento realmente, eh, no meu modo de ver, ridículo. Quando se fala em agricultura foi investido quinhentos milhões. Então, a prioridade é exportar, né, é exportar, a prioridade é a balança de pagamento, a balança comercial, e o homem fica sempre lá na prioridade, como tamos vendo aí o nosso povo com trapos humanos nas nossas grandes cidades principalmente. Então, eu queria essa... esse breve diagnóstico internacional e o patamar que o Brasil deveria para constar no relatório que nós vamos encaminhar, né, já tamos num processo de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Carlos Américo Pacheco.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - Sr. Presidente, muito rapidamente, Deputado, eh... quer dizer é evidente que tem não só instabilidade de recurso como tem carência de valor absoluto. Eh... mas assim, é que... não... não basta só o adicional de recurso. É preciso que ele seja estável e que ele tenha um modelo de gestão por resultado também. Então, o que eu tava insistindo no negócio da estabilidade é porque ela é fundamental. Quer dizer, tanto que o anúncio feito pelo Sr. Presidente, eh... na verdade um acréscimo ao orçamento do Ministério que praticamente duplica o tamanho do orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia, né, entendeu? Quer dizer, e o que tá apensado na área de saúde é o seguinte: o número da... que nós consideramos um número de ponto de partida pra esse fundo da área de saúde minimamente necessário pra ordenar as pesquisas prioritárias da área de saúde anualmente seria algo da ordem de 300 milhões/ano. Esse seria um número que ele.... ele não é um número grande comparativamente ao que é gasto, ah... no setor... a importância estratégica do setor saúde, vis-à-vis, a outros setores. Ele, quer dizer, há um gasto da ordem de 200 milhões/ano em formação de recursos humanos nessa área com bolsas. Nesse gasto, evidentemente, não tá contabilizado todo o gasto feito pelas universidades federais com as áreas de saúde e com, enfim, os... as universidades estaduais. É gasto

exclusivamente... o gasto da pós-graduação e de pesquisa diretamente e de bolsa de formação, tá certo? Mas ah... o País evidentemente gasta nessa área muito mais do que esses duzentos milhões. O que a gente imaginava é que um fundo, da ordem de trezentos milhões/ ano poderia dar conta das pesquisas mais estratégicas. Evidentemente, como acontece em todos os setores, ou o setor privado, eh... nacional e transnacional que atua no Brasil amplia o gasto em pesquisa de desenvolvimento, ou o País, só o gasto governamental é impossível de ser... de dar conta das necessidades do País. Em quase todos os lugares do mundo, metade dos recursos alocados à P&D são do setor privado; às vezes chega, em alguns países, a ser dois terços dos recursos, um terço do setor público.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Dr. Carlos, quando o senhor fala quase todas as partes do mundo, o senhor tá se referindo aos países da América Latina, por exemplo?

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - Não, não. Eu tô falando assim: a maior parte... não... os países da América Latina, não. Vou fazer um pouco uma síntese da questão latino-americana. Mas, por exemplo, Coréia, Estados Unidos são dessa ordem. O sistema latino-americano... no ponto de vista latino-americano, aí, de fato, sim, um sistema estruturado de ciência e tecnologia, de porte, praticamente só existe no Brasil. Esse sistema, o sistema argentino, que foi um sistema extremamente poderoso, inclusive... derivou alguns prêmios "Nobéis" no passado, que havia um conjunto de laboratórios importante, a exemplo de Bariloche etc, ele foi... ele sofreu uma regressão muito grande, no anos... final dos anos 70, começo dos anos 80. Ele regrediu brutalmente. E o Brasil hoje é responsável por uma parte eh... significativa da pesquisa que se faz no contexto latino-americano. Tanto que uma parte grande na verdade da formação de recurso humano desses países é feita no Brasil. Quer dizer, você não tem padrão de comparação do que a pós-graduação e a pesquisa brasileira, em termos latino-americanos. Quer dizer, a desigualdade é muito grande. Ciência é uma coisa que é muito concentrada no mundo. Só pra ter uma idéia o seguinte: o Estados Unidos representam, eh... são responsáveis por quase 44% da produção científica mundial. O orçamento americano pra área de pesquisa do ano que vem é 43 bilhões de dólares, orçamento de governo, não do setor privado, do governo americano. Quer dizer... e a concentração da pesquisa nos Estados Unidos é um negócio....

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Quanto? Do Brasil total?

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - Juntando o orça.... o gasto federal, nessa área que junta, ah... pra conta... pra comparar a pós-graduação do MEC mais o orçamento do Ministério mais esses fundos deve chegar, o ano que vem, a alguma coisa da ordem de eh... seis bilhões de reais, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Bilhões de reais?

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO - É, eu tô fazendo uma ordem de grandeza, seis bilhões de reais. É, evidentemente que... evidente, quer dizer, o Brasil hoje produz 1% da ciência mundial. Mas eu queria só chamar atenção, Deputado, o seguinte: apesar da nossa participação ser relativamente pequena, o Brasil tá entre os países que... em que mais cresce a produção científica no mundo inteiro. Essa produção indexada eh... nas principais revistas internacionais, nos últimos cinco anos, a taxa de crescimento da produção científica, ah... a maior taxa foi a da Coréia. A segunda maior taxa, a do Brasil. A velocidade com que cresce a produção científica brasileira é mui... é muito grande. Inclusive se fizer, nos últimos quinze anos, os últimos dez anos, cinco anos sempre é uma taxa muito grande. Por que é pequena? Porque a produção científica mundial é extraordinariamente concentrada. Quer dizer, não há padrão de comparação na América Latina entre a produção científica brasileira e o restante da América Latina. Há, evidentemente, áreas de excelência nos outros países pontuais, como há em Cuba, como há no caso do México, por exemplo, antropologia; como há, quer dizer, a astronomia, astrofísica no caso do Chile etc, várias áreas de competência em vários desses países. Mas isso não quer dizer que a abrangência do sistema brasileiro não tem padrão de comparação no âmbito latino-americano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Eu queria antes de encerrar a sessão agradecer enormemente ao Dr. Carlos Alberto Américo Pacheco, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, e ao Dr. Bráulio Ferreira de Souza, Diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade e do Programa de Recursos Genéticos do Ministério do Meio Ambiente. Ambos, muito grato pelas informações, pelos debates, pelo que trouxeram aqui a esta CPI. Eu não desejo fazer questionamento nenhum, mas gostaria apenas de registrar e acentuar que ficou evidenciado aqui que as empresas multinacionais que vendem no Brasil mais de 80% da suas mercadorias, elas não têm investido nesta pesquisa que é da maior importância. E registrar também a importância do Brasil regular a forma dessa inserção na pesquisa

brasileira. Há alguns dias, eu recebi uma informação que na Região Amazônica se encontram professores de universidades européias, como da França, acompanhando realmente e recolhendo conhecimento tradicional, que é muitas vezes observando os índios, o que eles fazem, o comportamento e tudo mais. E que seguramente isso vai redundar em patrimônio importante para aquelas universidades e que acho nós que deveríamos estar bem mais na frente. Eu registro isso sem querer um questionamento. E quero dizer que provavelmente... quero também agradecer a presença dos Srs. Deputados e demais pessoas que acompanharam esta reunião. Devo convocar uma reunião provavelmente pra terça ou quarta-feira, quando então será o prazo do Relator apresentar o pré-relatório. Como depende de uma combinação, e ele teve que se retirar, eu notificarei os Srs. Deputados. Por hora não está prevista nenhuma audiência de colhimento de informações. Não havendo mais nada, portanto, a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada esta reunião.